

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA MOREIRA DA COSTA SOARES

MULHERES EM GUERRA: A LUTA PELA IGUALDADE DE
GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS AMERICANAS

Recife

2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA MOREIRA DA COSTA SOARES

**MULHERES EM GUERRA: A LUTA PELA IGUALDADE DE
GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS AMERICANAS**

**Trabalho de conclusão de curso
como exigência parcial para
graduação no curso de Relações
Internacionais, sob orientação do
Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena.**

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S676m Soares, Mariana Moreira da Costa .
Mulheres em guerra: luta pela igualdade de gênero nas forças
armadas americanas / Mariana Moreira da Costa Soares. – Recife,
2019.
77 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Mulheres. 3. Forças armadas
americanas . I. Lucena, Antônio Henrique. II. Faculdade Damas da
Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-293)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MARIANA MOREIRA DA COSTA SOARES

**MULHERES EM GUERRA: A LUTA PELA IGUALDADE DE
GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS AMERICANAS**

Trabalho de conclusão de curso
como exigência parcial para graduação
no curso de Relações Internacionais, sob
orientação do Prof. Dr. Antônio Henrique
Lucena.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena

Recife

2019

Agradecimentos

Não é de se esperar que muitas pessoas conhecidas leiam um trabalho de conclusão de curso de bacharelado, na realidade, é de se esperar que as pessoas que o leiam sejam aquelas que procurem o mesmo tema de pesquisa, em busca de alguma luz sobre o assunto. Ainda assim, esta monografia foi feita com muito carinho e tive o prazer imenso de contar com a minha querida avó, na época presidente do conselho editorial CEPE, minha companheira de leituras e inspiração da minha vida, para que fosse sempre a primeira a ler e corrigir-me caso alguma coisa estivesse errada -até antes de meu próprio orientador- em questões de gramática, concordância e outras coisas. Eu não tenho palavras o suficiente para dizer o quanto você me inspira, muito menos para agradecer a pessoa que é e por tudo o que me ensinou em todos esses anos. Eu te amo demais, voinha.

Além da minha ilustre leitora original, eu não poderia deixar de agradecer às outras mulheres incríveis que me criaram: minha mãe e minha tia. Mainha, palavras me faltam para externalizar quão maravilhosa você é e sempre foi, assim como o quanto sou grata por todas as abnegações e sacrifícios que fez na vida; eu posso não saber de todos, mas os valorizo ainda assim. Você consegue ser, ao mesmo tempo, uma das mulheres mais doces e mais fortes que já conheci na vida, eu te amo infinitamente. À minha tia e madrinha, segunda mãe que está sempre presente, mesmo que não fisicamente, eu sou igualmente grata por você, que também me ensina ainda hoje, que é de onde puxei todos os genes Moreira e com quem me identifico tanto, eu a amo.

Ainda devo agradecimentos ao meu namorado que, embora não saiba nada de segurança ou relações internacionais, se colocava sempre disponível para me ajudar em qualquer coisa que eu precisasse, mesmo que fosse apenas um abraço e um doce - e obrigada por me deixar fazer de você meu secretário pessoal, me ajudando com algumas das referências! – E, é claro, por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu orientador, cujo auxílio começou um ano antes da escrita deste material, mas me incentivou com o tema pela criação de um artigo antecessor. Obrigada, Antônio, você pode ser meio exasperante as vezes, mas é um dos professores mais competentes e dedicados que já conheci, obrigada pelo tempo, pela ajuda e por acreditar.

Finalmente, às pessoas que buscam por uma luz lendo esse trabalho, espero que a achem e lhes desejo boa sorte com seus próprios projetos! Surte mas não desista.

“Representation of the world, like the world itself, is the work of men; they describe it from their own point of view, which they confuse with absolute truth.”

Simone de Beauvoir

Mulheres Em Guerra: A Luta Pela Igualdade De Gênero Nas Forças Armadas Americanas

Mariana Moreira da Costa Soares¹

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena

RESUMO

As forças armadas foram, e continuam a ser, um ambiente predominantemente masculino. No entanto, desde as guerras mundiais esse cenário muda gradualmente, em especial em países ocidentais. Embora a História demonstre que o ambiente da guerra pertence aos homens, podem ser vistos exemplos de mulheres participando de conflitos em diversas épocas e áreas geográficas, indicando que a participação feminina não é um fenômeno tão novo quanto seria de se imaginar. Seguindo pela teoria feminista das relações internacionais e segurança, esse trabalho aborda categorias analíticas importantes para explicar a participação feminina nas forças armadas, como o gênero, por exemplo. Assim como as teóricas feministas, o trabalho segue a metodologia qualitativa com técnicas de pesquisa de análise textual e documental, com estudo de entrevistas e relatórios. Por fim, o material examina a participação das mulheres nas forças armadas dos Estados Unidos, visto que é o país hegemônico e com mais participação em conflitos; essa pesquisa é feita com dados do contingente feminino, bem como um estudo dos obstáculos ainda enfrentados para a integração completa no âmbito militar, como o preconceito, o assédio sexual e de gênero, entre outros, indicando que a integração existe, mas não totalmente, visto que ainda há resistência em aceita-las.

Palavras-chave: forças armadas americanas; mulheres; feminismo; teoria feminista; relações internacionais.

2019

¹ Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais

ABSTRACT

The military was, and still remains, a predominantly male environment. However, since the world wars this scenario has gradually changed, especially in western countries. Although history demonstrates that the war environment belongs to men, examples of women participating in conflicts in various eras and geographical areas can be seen, indicating that female participation is not as new a phenomenon as one might imagine. Following feminist theory of international relations and security, this paper addresses important analytical categories to explain female participation in the military, such as gender. Like feminist theorists, the work follows the qualitative methodology with textual and documentary analysis research techniques, with study of interviews and reports. Finally, the material examines women's participation in the United States Armed Forces, as it is the hegemonic country with the highest participation in conflict; This research is produced with data from the female contingent, as well as a study of the obstacles still faced for full integration in the military, such as prejudice, sexual and gender harassment, among others, indicating that integration exists, but not entirely, since there is still resistance to accepting them as peers.

Key words: U.S. military; women; feminism; feminist theory; international relations.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Porcentagem de Mulheres Recrutas Alistadas entre 1974-2016.....	48
Gráfico 2: Representação Feminina por Serviço em 2016.....	49
Gráfico 3: Porcentagem das mulheres oficiais por postos.....	52

Lista de Quadros

Quadro 1: Quantidade de militares por serviço e status em 2018.....50

Quadro 2: Quantidade e Porcentagem de Veteranos por Gênero e Idade (2019).....54

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: Mulheres na História Militar.....	13
1.1: As Mulheres em Guerra na Idade Antiga.....	14
1.2: Participações de mulheres americanas em conflitos, o século XX e XXI.....	19
Capítulo 2: Teoria E Debate Sobre A Participação Feminina Nas Forças Armadas.....	30
2.1: Teoria feminista.....	30
2.2. Categorias analíticas.....	34
2.3. Mulher nas forças armadas como área de estudo.....	38
Capítulo 3: Participação Das Mulheres Nas Forças Armadas Americanas: Integradas?...	41
3.1: Debate sobre a participação feminina nas forças armadas americanas.....	41
3.2: As mulheres nas forças armadas americanas.....	47
3.3: Obstáculos na integração feminina.....	55
Considerações Finais.....	62
Referências.....	65

Introdução

Falar de feminismo e forças armadas de forma coligada ainda parece uma junção estranha, até incômoda para algumas pessoas, visto que a esfera militar tem sido, por tanto tempo na história, um ambiente dominado pelos homens – assim como os outros ambientes públicos, como a política. Ainda que haja um movimento forte em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres, apoiado por diversas organizações internacionais, como as Nações Unidas, por exemplo, o debate sobre a integração da parcela feminina nas forças armadas dos países parece não cessar; seja em razão de crenças acerca do sexo biológico ou por hesitação em perder espaços que anteriormente eram inteiramente masculinos.

Embora o âmbito militar se apresente como uma instituição masculinizada, é importante perceber que existem diversas participações femininas em conflitos durante os anos, independentes de época, região geográfica ou sociedades, indicando que não são incidentes isolados. Alguns dos exemplos mais conhecidos são de Boudicea ou Boudica (59 d.C.), rainha dos Icenos e líder contra o Império Romano, Joana D’Arc (1412-1430) durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e Maria Bochkareva, comandante do Batalhão da Morte durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), fazendo história ao comandar a primeira unidade totalmente feminina. Esse é o assunto abordado no primeiro capítulo deste texto, visando demonstrar que o fenômeno da participação feminina nas forças armadas e em conflitos não é novo, embora apenas a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foram introduzidas como militares nas forças dos países no mundo atual.

A base teórica deste material se faz por meio da teoria feminista das relações internacionais, em especial, sobre segurança; dentro deste âmbito, Sylvester (2003) afirma que nenhuma obra escrita por apenas uma autora tem tanto impacto na teoria feminista quando as de Cynthia Enloe e Ann Tickner, que estão presentes neste trabalho. Embora as autoras feministas adotem diversas correntes, assim como o próprio movimento social é imensamente diversificado, todas seguem certos comprometimentos epistemológicos e metodológicos que as classificam como abordagens feministas (SJOBORG & VIA, 2010). Tendo isso em mente, a principal categoria analítica dentro da teoria feminista é o conceito de gênero e, embora sua definição possa mudar de acordo com a autora ou corrente teórica, todas as abordagens feministas se comprometem com o gênero como categoria analítica que ajude a compreender como o mundo funciona. De forma simplificada, o gênero refere-se às características socialmente construídas, em oposição às biológicas, chamadas sexo; embora ainda sejam confundidos por algumas pessoas, já em

1935 a antropóloga Margaret Mead demonstrou a diferenciação entre as duas categorias de forma empírica em seu estudo¹.

Outro comprometimento dentro da teoria feminista diz respeito à metodologia, visto que, com o crescimento da corrente feminista dentro da academia, houve um redescobrimiento do método qualitativo nos anos de 1970 e 1980. Isso ocorreu principalmente porque as abordagens feministas buscavam ouvir as mulheres dentro de seus contextos específicos, utilizando-se amplamente de análises documentais, textuais, narrativas, entrevistas e outras técnicas de pesquisa que possibilitassem a proximidade com as histórias das mulheres dentro do contexto estudado. Em razão disso, nessa época foi observada a aparição de histórias orais que não haviam sido documentadas anteriormente, indicando que várias narrativas e acontecimentos seriam perdidos por não escutarem as mulheres, como se, de alguma forma, estivessem alheias à História.

Sendo assim, o trabalho segue o caminho da teoria feminista e utiliza a metodologia qualitativa, com técnicas de pesquisa de análise documental, textual, estudo de entrevistas e relatórios produzidos por organizações focadas na participação feminina nas forças armadas, assim como observação de dados quantitativos adquiridos em órgãos institucionais como o Departamento de Defesa americano e entidades voltadas a pesquisas, como o *Pew Research Center*. A escolha do estudo sobre o contingente militar americano se deu em virtude de os Estados Unidos serem o hegemônico global, apresentarem vários dados de pesquisa, tendo em vista a quantidade de conflito que integram e, também, por serem um país ocidental símbolo de políticas liberais tal qual igualdade de gênero. O trabalho busca entender se houve e como ocorreu a integração da parcela feminina nas forças armadas americanas, focado no intervalo entre 1973, quando houve fim da conscrição militar nos Estados Unidos e, portanto, as mulheres puderam ingressar mais amplamente, e os dias atuais, seguindo um roteiro de parte histórica, teórica e empírica.

Por fim, ao apresentar a parte empírica, pode-se observar dados em relação ao contingente feminino nas forças armadas americanas, bem como uma análise de entrevistas a fim de demonstrar os maiores obstáculos enfrentados pelas mulheres que ingressam no meio militar, como a cultura masculinizada da instituição (KING, 2013) que, conseqüentemente, gera um pensamento patriarcal acarretando em outros problemas na integração dessa parcela feminina, como o desrespeito, o assédio sexual e de gênero, o tratamento inferior das mulheres veteranas,

¹ Para mais informações, ler Mead, Margaret. **Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas**, 1935.

entre outros. Como será perceptível após a leitura desse material, os debates acerca das militares não devem mais orbitar em torno de se devem ou não integrar as forças armadas, visto que elas já são parte há algumas décadas, por outro lado, deve-se questionar como fazer a integração funcionar inteiramente e como utiliza-la para melhorar o rendimento das forças armadas.

1. MULHERES NA HISTÓRIA MILITAR

É comum pensarmos em conflito armado imediatamente ao escutarmos sobre “história militar”, mas a verdade é que o campo militar abriga bem mais que apenas soldados. Como será colocada neste material, essa categoria que integra nos conflitos foi justamente uma das últimas a admitir mulheres. Inicialmente, salvas as exceções, as participações femininas eram em lugares afastados dos combates, principalmente como enfermeiras e em postos administrativos. Neste caso, quando as mulheres ingressavam nas forças armadas de alguma forma, visto que o mais comum ao longo da história é a participação afastada e informal, como esposas seguindo o acampamento militar, cozinheiras, costureiras, lavandeiras, entre outras funções.

É preciso destacar que as mulheres sempre participaram das guerras, seja de modo direto (vestindo-se de homem e pegando em armas, por exemplo²) ou indireto (ajudando com suprimentos, oferecendo abrigo, entre outros) e neste primeiro capítulo será explanado e analisado algumas dessas participações, representações e consequências. Além disso, é também importante colocar o papel das mulheres que ficavam para trás, ocupando-se da organização e manutenção da casa, vila ou cidade, preservando a economia e, por vezes, a política.

Apesar de haver diversos relatos a respeito de mulheres participando de combates, como será apontado ao longo deste capítulo, é preciso enfatizar que, mesmo ocorrendo, não significa que havia aceitação. Parte das combatentes mulheres entrava em guerra vestidas de homens, como são exemplos as mulheres da Guerra Civil Americana, posteriormente descoberto que sua participação ultrapassava as centenas³.

Com o passar do tempo e a ascensão do movimento feminista em busca de igualdade de direitos entre os gêneros, foram sendo criadas leis que regularizavam e admitiam as mulheres nos mais diversos ramos das forças armadas, aumentando sua participação tanto em quantidade quanto em diversidade de postos e hierarquia. Neste capítulo, será evidenciada a trajetória histórica da participação das mulheres em conflitos (de forma direta ou indireta), utilizando exemplos de diferentes épocas e regiões, perpassando pela Grécia Antiga, Egito, Pérsia, África, Império Romano, França, Japão e outros. Depois do resumo histórico, será observada a atuação feminina nas forças armadas americanas em específico, a fim de introduzir o estudo acerca do

² A título de curiosidade, temos dois famosos exemplos brasileiros: Maria Quitéria de Jesus, na Guerra da Independência brasileira e Jovita Alves Feitosa, na Guerra do Paraguai.

³ FRANK, Lisa T. Civil War, American, and Women In: Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present, 2006.

caso tratado no trabalho, bem como as participações femininas dentro da Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

1.1: As mulheres em guerra na Idade Antiga

Uma das histórias mais conhecidas de mulheres guerreiras no mundo antigo remonta à Grécia e seus mitos, em especial as amazonas, uma tribo de mulheres guerreiras que invertiam os papéis de gênero da época, utilizados até hoje. Para os gregos da época eram passadas apenas as lendas que conhecemos como mitos, e nestas, apesar das amazonas serem consideradas exímias guerreiras, descendentes do próprio deus da guerra Ares, eram sempre derrotadas pelos heróis lendários: Herácles, Teseu, Aquiles. Justice (2006) afirma que, apesar das amazonas serem consideradas selvagens e temidas pelos homens, as lendas serviam com o propósito de reforçar as ideias gregas de gênero, não reinventá-las. Salmonson (1991) adverte que o mundo antigo ainda vivia sob a sombra de uma estrutura política mais antiga, uma espécie de matriarcado, e que as lendas acerca das derrotas amazonas serviam para apoiar a ascendência do patriarcado. Wintjes (2012) adiciona que, para o estudo da participação da mulher no contexto militar na Antiguidade, a amazonas tem pouca, se qualquer, importância. Isso porque estão distantes da realidade das mulheres da época, embora sua representação mitológica seja importante para interpretar o papel feminino na sociedade, como visto anteriormente.

No entanto, Woodfork (2006) traz as figuras das mulheres do reino de Dahomey, localizado no oeste da África, desde o começo do século XVIII com seu auge sob o governo de Gezo (1818-1858); inicialmente, elas eram parte da guarda real, mas acabam tornando-se guerreiras ilustres e temidas, chamadas de canibais frenéticas pelos inimigos, amazonas pelos europeus, e *ahosi* (esposas do rei) ou *mino* (nossas mães) pelo povo de Dahomey. Apesar dessas mulheres também terem vivido em sociedade patriarcal, eram exaltadas pelo povo e possuíam considerado poder em certas áreas.

Durante a invasão persa à Grécia em 480 a.C., sob o comando de Xerxes I, surge uma figura feminina importante, conhecida por ser a primeira almirante mulher da história. Artemísia era a governante da Caria, na Ásia menor, quando o imperador persa requisitou navios para a invasão; sendo Caria um vassalo do Império Persa, Artemísia mandou cinco navios de combate, mas não indicou um homem para comandá-los, preferindo fazer ela mesma o trabalho. Justice (2006) afirma que, como almirante, ela provou ser uma boa estrategista e aconselhou Xerxes a não encontrar com frotas aliadas em Salamis (batalha de Salamina, 480 a.C.), apesar da superioridade persa nas águas. Artemísia provou-se correta, pois os gregos,

inesperadamente, derrotam a frota persa neste cenário. Herodotus (1972 p.350)⁴ aponta que Xerxes, ao ver a ousadia da almirante, exclama que “*My men have behaved like women, my women like men!*”⁵; a análise dessa frase mostra, de certa forma, o reforço aos papéis de gênero empregados.

Ao se falar da Grécia Antiga, embora tenhamos o mito das amazonas e uma de suas mais importantes deidades de guerra, Atena, como uma mulher, a participação feminina nas guerras praticamente não existe de forma ativa. Um dos exemplos que chega mais perto de integrar as mulheres no sistema militar é a cidade-estado de Esparta, onde a vida era voltada para a guerra e os homens, treinados desde os sete anos para serem guerreiros. Era da crença deles que as mulheres deveriam estar em perfeito condicionamento físico para gerar meninos saudáveis; além disso, elas recebiam educação, diferentemente do resto das cidades da época, para que pudessem educar os filhos até que entrassem no treinamento militar. Uma vez que os homens eram voltados para a guerra, as espartanas também desempenhavam importante papel na economia da cidade. Apesar destas regalias, as mulheres gregas não eram nem a menos consideradas cidadãs, excluídas da política juntamente com estrangeiros e escravos; em razão disso, não podiam ingressar à carreira militar, visto que não tinham posição ou dinheiro para manter os equipamentos. Outra razão, Justice (2006) aponta, é porque as guerras da época eram enfáticas ao uso da força bruta, de forma que as mulheres não poderiam nem tentar compensar a falta de força com agilidade ou qualquer outra característica.

A participação das mulheres, no geral, podia ser vista em duas ramificações: a mais comum de um papel logístico e auxiliar pode ser exemplificada por mulheres que seguiam campanhas militares vendendo suprimentos, alimentos, cozinhando, costurando, cuidando dos homens, servindo de enfermeiras ou as esposas, que provinham da mesma forma que em qualquer lar civil; por outro lado, existiam também as mulheres que participavam em papel ativo. Wintjes (2012) acrescenta, ainda, que as amazonas podem ser mitos, mas as mulheres guerreiras, não; a autora exemplifica com o caso das mulheres atenienses em 479 a.C, que invadiram a casa e mataram a família de Lykidas, um membro do conselho ateniense a favor dos persas e, portanto, traidor, entre outros casos. Wintjes (In: HACKER & VINING, 2012, p.22) coloca que “*the*

⁴ Para mais informações, checar “The histories of Herodotus” 1972.

⁵ Tradução livre: meus homens se comportaram como mulheres, minhas mulheres como homens.

*major driving force behind the action was care for the fate of the home community, something that in general can be regarded as the main rationale for women's actions in war*⁶.

Apesar disso, a única mulher do período helenístico conhecida por ter comandado tropas foi Cleópatra VII, a última rainha de descendência ptolomaica do Egito. Cleópatra assumiu esse papel porque queria reger o Egito sozinha, sem dividir o governo com seu irmão, que, de acordo com a tradição ptolomaica, também tornou-se seu marido. Quando este a mandou para longe, ela reuniu tropas para conquistar o Egito, recebendo ajuda de Júlio César e, posteriormente, Marco Antônio. Quando este último entrou em guerra civil contra seu rival, Otávio, Cleópatra mandou navios para ajuda-lo, comandando-os ela mesma. Na mesma época, Jestice (2006) comenta a respeito de Fulvia, esposa de Marco Antônio durante o segundo triunvirato. Ele foi seu terceiro marido, e os dois antecessores também possuíam importância política no Império e, enquanto estava casada com eles, Fulvia exerceu papéis ativos inclusive aparecendo em acampamentos militares como representante de Marco Antônio. A imagem dela que fica na História é uma prova, comenta a historiadora, tanto da propaganda negativa bem sucedida feita por Otávio, quanto da repugnância sentida por muitos romanos pelas mulheres que “esquecem seu lugar”.

Como representação forte de mulher comandando em guerras e rebeliões, também podemos ver Boudica (ou Boadicea), a rainha dos Icenos, no ano 59 d.C.; depois da morte de seu marido, ela deveria reinar juntamente com o Império Romano que dominava a atual região da Grã-Bretanha. Os romanos não aceitaram dividir o poder com uma mulher e a humilharam e açoitaram, além de estuprarem suas duas filhas. Boudica reuniu um exército de icenos e causou uma rebelião caótica no Império Romano, inclusive queimando a cidade que hoje é Londres. Sua importância é tamanha que ela e suas filhas estão imortalizadas em uma estátua⁷ nas margens do rio Tâmsa, na mesma cidade que um dia ela queimou⁸.

Outra região que possuía lendas sobre mulheres guerreiras era o Japão, onde seu grande livro épico, *Heike Monogatari*, é repleto de histórias sobre guerreiras. De acordo com as lendas japonesas, a imperatriz Jingo-Kogo liderou uma campanha vitoriosa contra a Coreia no século

⁶ Tradução livre: a principal força motriz por trás da ação foi cuidar do destino da comunidade de origem, algo que em geral pode ser considerado como a principal justificativa para as ações das mulheres na guerra.

⁷ A estátua traz Boudica em sua biga de guerra, coroada, com os braços abertos como se falasse e convocasse seu povo, atrás dela, suas duas filhas. Na base da estátua, pode-se ler “regions caesar never knew thy posterity shall sway”, uma parte do poema Boadicea: uma ode, faladas para Boadicea por um druida quando a mesma já estava sangrando, mas corria para a batalha.

⁸ Para mais informações, checar **Women and War: Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**, 2006, p. 74-75.

4 d.C., mesmo grávida, embora a maior guerreira japonesa na era medieval tenha sido Tomoe Gozen. Com o passar dos anos, ainda são reportadas algumas personalidades femininas no Japão, como Masaki Hojo, no fim do século XII; Koman, entre o século XVI e XVII; Fujinoye, em 1189, e Hangaku, filha de um samurai que, vestida de homem, protegeu o castelo Echigo com destreza em arco e flecha. Cook (2006, *apud* Nitobe 1979, 89-90) aponta, ainda, que a “masculinização” não era o ideal para as mulheres no pensamento samurai Bushido; este não via contradição entre ser feminina e ser soldado, pois o necessário para o código [de honra do soldado] era o auto sacrifício para com o serviço.

Jestice (2006) aponta, ainda, a participação das mulheres judias na antiguidade, representadas na Bíblia; assim como as outras sociedades, a guerra era um território masculino, onde as mulheres não tinham vez, com exceção das que acompanhavam os acampamentos. É possível ver representações femininas no âmbito militar apenas como vítimas, por vezes o estopim para início de uma guerra, como Dinah, em 1500 a.C., estuprada por um príncipe e vingada pelos seus irmãos, que o mataram –embora seus sentimentos não tenham sido levados em consideração, afinal, ela era propriedade familiar.

A historiadora salienta, no entanto, que apesar de não usarem armas, as mulheres eram criadas para serem patriotas, o que acabava fazendo com que tivessem que participar da guerra de outras maneiras. Neste sentido, vemos os exemplos de Jael e Judith, que usaram o próprio corpo para seduzir generais inimigos e garantir a vitória aos seus; embora estas tenham sido tratadas como heroínas. Por outro lado, a Bíblia traz a figura de Dalila, que apesar de ter feito basicamente a mesma coisa, é retratada como traiçoeira e má. A única personalidade feminina que é lembrada no âmbito militar para além dos truques de seu corpo é Débora, no século XII a.C. (citada em Juízes, 4), a quem os judeus implicam a vitória contra Canaã. É preciso destacar, no entanto, que Jestice justifica isso mais como uma lição de fé, para fazê-los acreditar que Deus pode escolher qualquer um para agraciar, inclusive uma mulher, do que por qualquer outro mérito de Débora.

No mundo oriental, Mikaberidze (2006) traz a figura de Aisha, esposa do profeta Maomé, várias vezes mencionada como a sua favorita. Após a morte do marido, seu pai assume como califa e esse evento acaba dividindo os muçulmanos, pois um grupo acreditava que Ali, genro de Maomé, é quem deveria governar. Em 656, Aisha entra em conflito político com Ali pelo poder e reúne um pequeno exército, comandado por ela mesma diretamente de um camelo, na chamada Batalha do Camelo, onde é derrotada drasticamente.

Mikaberidze (2006) aponta ainda que sua figura é até hoje citada nas escolas islâmicas por dois motivos: o primeiro, em relação à acusação de adultério que sofreu com apenas 14 anos e, apesar de inocentada, nunca conseguiu ser devidamente justificada, transformando-a na representação da força sexual feminina, usada como presságio para os homens como forma de tentação; a segunda, e mais importante, serve para eles como argumento contra direitos políticos femininos, embasando-se no fato de que elas só causariam mal à ordem social e política.

Comumente observadas na história como espólios de guerra, as mulheres eram capturadas pelos guerreiros vencedores e tidas como propriedade masculina com o objetivo de servi-lo. Essa representação pode ser vista na sociedade hebraica, grega e outras mais, se considerarmos o fato que a guerra era território masculino, ao vitorioso era concedido o direito de tomar para si o espólio de sua vontade e, finalmente, que as mulheres tinham valor de mercadoria, sendo igualadas aos objetos e caracterizadas como propriedade.

Uma figura até hoje estudada como líder militar quebrando os papéis de gênero medievais, revolucionária e religiosa é Joana D’Arc (1412-1431). Sankey (2006) coloca que a jovem começou a ter visões de santos católicos a indicando para duas missões: libertar a cidade de Orleans do cerco inglês e ver o príncipe francês, Charles, coroado rei em Reims, onde os reis franceses eram tradicionalmente coroados. A autora prossegue dizendo que ambas as missões eram extremamente improváveis, considerando que a Inglaterra estava ganhando a Guerra dos Cem Anos (1337–1453) e ocupava metade do território francês. Ainda assim, Joana D’Arc continuou em seu caminho, falou com o príncipe e conseguiu ser treinada após ser considerada uma virgem devota religiosa, depois sendo mandada para Orleans, onde Sankey (2006) aponta que demonstrou grande talento militar, forçando os ingleses a se retirarem, aumentando a moral da tropa comandada por ela e sendo comparada, na época, a Alexandre, o Grande. Joana D’Arc continuou em sua carreira militar até que cumpriu sua segunda missão e esteve ao lado de Charles em sua coroação, sendo depois mandada para outras batalhas sem recursos, fadada ao fracasso por questões políticas⁹, tomada como prisioneira e vendida para os ingleses, que a julgaram como bruxa¹⁰ e a queimaram na fogueira (SANKEY, 2006). Tamanha foi sua

⁹ Sankey (2006) coloca que, logo após a coroação, Charles começou a achar Joana D’Arc inconveniente e embaraçosa politicamente, dados seus posicionamentos a fim de reformar a Corte Francesa, famosa por adultérios, enquanto ela era devota religiosa.

¹⁰ Sankey (2006) aponta que os ingleses ficaram furiosos pela derrota comandada por uma mulher, de forma que começaram uma propaganda contra Joana D’Arc na Inglaterra, a indicando como herege, bruxa e prostituta.

importância que a Igreja Católica a tornou santa em 1920, sendo a santa patrona da França atualmente.

No século XIX, durante as guerras napoleônicas, Agustina de Aragón foi uma figura importante contra os franceses; casada com um militar, ela estava acompanhando o marido em Zaragoza quando a cidade espanhola foi cercada. Fernandez (2006) coloca que, no Portão Portillo, os oficiais que deveriam proteger a área estavam mortos ou feridos, deixando um canhão desprotegido e uma horda de franceses prestes a invadir o território. Agustina, com apenas 22 anos, corre até o canhão, tira o pavio da mão de um militar moribundo e atira contra os franceses, fazendo-os baterem em retirada, em choque por encontrarem uma mulher no campo de batalha. Da mesma forma, sua coragem inspirou os espanhóis a continuarem defendendo o território e ela ganhou o privilégio de usar uma insígnia militar, bem como uma pensão vitalícia. Sua coragem foi vista, ainda, em outros cercos a cidades espanholas durante as guerras napoleônicas, ficou conhecida como “a artilheira” ou “a defensora de Zaragoza” e, ao morrer, foi posto em sua tumba: “Aqui jazem os restos da ilustre heroína, cujas ações de valor e virtude na Guerra da Independência encheram o mundo de admiração.”

Na luta sul-americana contra o domínio colonial espanhol, aproximadamente em 1810, Carletta (2006) enfatiza o envolvimento de Juana Azurduy de Padilla, que lutava pela independência juntamente com seu marido, um oficial. Em questões de organização territorial, foram formadas *republiquetas*, pequenos enclaves contra os espanhóis; os Padillas chefiavam juntos uma, até a morte do marido de Juana. Com isso, ela continuou a luta e foi reconhecida como uma guerreira de valor pelo líder local Guemes, que pediu ao supremo diretor das Províncias Unidas que desse a ela o título de tenente-coronel do exército rebelde, com todos os direitos e privilégios da categoria, independente de seu sexo.

1.2: Participações de mulheres americanas em conflitos, o século XX e XXI

De forma um tanto diferente, vemos a participação das mulheres na Revolução Americana (1776); primordialmente, o papel feminino era restrito a tomar conta das casas e sustentos da família enquanto os maridos (irmãos, pais, filhos etc.) lutavam na guerra. Parsons (2006) afirma que a instabilidade dessa situação era enorme, visto que a mulher era julgada pela filiação de seu marido -pró-americano ou leal à coroa britânica-, não necessariamente sendo a sua própria. Podiam ser julgadas de espãs caso abrigassem qualquer soldado inglês em suas casas ou passassem informações para os britânicos. Para estas cujos maridos apoiavam a coroa britânica, por não terem independência de seus cônjuges, perdiam seus pertences e terras para soldados

americanos, sendo deixadas à deriva até que fossem expulsas, não podendo escrever para seus maridos sob pena de serem consideradas traidoras. Com as cidades praticamente desprotegidas, outras mulheres que ficaram para trás se aliaram a milícias, vestidas de homens, para protegerem os territórios.

Além das que ficaram, ambos os exércitos possuíam acampamentos femininos que seguiam os oficiais, seja para companhia, costura, cozinhar, tratar, etc. Algumas ingressaram ilegalmente nos exércitos vestidas de homem, como Deborah Sampson, e outras ficaram ao lado de seus maridos, ajudando-os de forma ativa e até tomando suas armas quando eles morriam, casos de Mary Hays e Margaret Corbin. Parsons (2006) coloca que, durante o curso da guerra, cerca de vinte mil mulheres serviram em inúmeras tarefas ao lado do exército americano, e mais algumas centenas se alistaram. A Revolução Americana, todavia, também foi marcada por grandes ondas de estupros¹¹ por parte dos dois lados, como um símbolo de poder sempre que conquistavam um território, reafirmando a ideia de que as mulheres eram apenas espólios e propriedades a serem conquistadas e marcadas.

Na Guerra Civil Americana em 1861-1865, a participação feminina também foi de suma importância não apenas nas questões de abrigo, arrecadação de renda e suporte com suprimentos, mas como espiãs, enfermeiras (cargo que na época era ocupado por homens) e até soldadas. Frank (2006) coloca que os acadêmicos documentam centenas de mulheres que vestiram-se de homens e serviram nos exércitos, as vezes ao lado de um membro da família, outras alistadas por conta própria –e a maioria só tinha descoberto sua verdadeira identidade quando ferida ou morta. A autora comenta que por raramente serem revistadas quando passavam pelas linhas inimigas, as mulheres facilmente serviam de espiãs contrabandeando informações, medicamentos ou armas por debaixo da saia, escondidos nos sapatos ou até nos cabelos –exemplos de espiãs conhecidas são Belle Boyd (Confederação) e Sarah Emma Edmonds (União).

Carletta (2006), ao falar da Guerra Mexicana de 1846, menciona a participação feminina na representação de Eliza Allen, que se vestiu de homem para lutar pelo exército americano, e Sarah Borginis, considerada uma heroína americana da guerra. A participação desta última não foi feita usando armas, assemelhando-se mais às outras participações femininas na história –

¹¹ Na época os estupros tomaram tamanha proporção que um evento ficou conhecido pela história como “Estupro de Boston”, uma das razões para a indignação e revolta americana. Para mais informações, checar HOOCH, Holger. *Scars of Independence*, 2018.

ajuda médica, de suprimentos, de abrigo-, no entanto, colocou-se em risco diversas vezes e acabou ganhando fama de “*the great western*”.

Ross-Nazzal (2006) evidencia que, em qualquer situação de crise nacional, o papel tradicional desempenhado pela mulher na sociedade se transfigura naquilo em que há necessidade. A partir de então, as barreiras dos papéis de gêneros tornam-se mais fluidas, visto que a participação das mulheres em ambientes públicos (como economia e política, até mesmo militarmente) vira essencial. Especificando o contexto dos conflitos árabe-israelenses, o historiador aponta que por mais de cinquenta anos as mulheres árabes e israelenses lutam com facas, armas e bombas, formam grupos pacifistas e lutam contra seu tradicional papel de gênero, no que o autor chama de uma “guerra multifrontal”¹². Ele enfatiza que o gênero é uma categoria importante nesse cenário específico, visto que tanto o governo de Israel quanto a representação palestina advogam ser dever da mulher conceber a próxima geração e estabelecer o futuro do país, atribuindo uma obrigação enorme à maternidade, vista como símbolo máximo do patriotismo feminino.

Ross-Nazzal (2006) mostra também que o papel da mulher palestina na guerra vem mudando ao longo do tempo, visto que durante a Grande Revolta em 1936 as mulheres ajudavam com comida, água, abrigo e atenção médica, similar à participação de outras mulheres em outras sociedades ao longo da história. Na Intifada, em 1987, as mulheres jogavam pedras, marchavam em protestos, queimavam pneus e atuavam como médicas em campo. Em 2002, é reportado o primeiro caso de uma mulher palestina como bomba suicida.

No caso de Israel, existe a obrigação de servir militarmente tanto para homens quanto para mulheres, o que é uma exceção aos casos típicos; essa especificidade é vista em nações que passaram pelo trauma de um genocídio, sendo a primeira característica deste a eliminação de homens em idade militar. Assim sendo, Sharoni (1995, p. 45) adverte que, apesar de integrarem nas forças armadas por no mínimo dois anos, quase 70% das mulheres ainda são destinadas a trabalhos tradicionalmente femininos: funcionárias, datilógrafas, trabalhadoras de cozinha, secretárias e até como entretenimento para as tropas masculinas. Várias outras são espalhadas por órgãos públicos como ajudantes de enfermeiras ou professoras.

¹² O autor usa o termo para exemplificar um conflito em que as mulheres árabes e israelenses lutam por todos os lados: uns contra os outros, contra os que fazem a guerra e contra seus papéis tradicionais na sociedade (ROSS-NAZZAL, 2006 p. 19)

Durante o período de descolonização africana, a revolução argelina, a partir de 1954, fica para a história pela grande participação feminina, no que alguns historiadores, como Amrane, apontam como elemento determinante para a vitória. Cook (2006) apresenta que, ao perceberem a participação das mulheres, os franceses tentaram apelar para o discurso misógino e jogar a própria população da Argélia contra as revolucionárias, mas foi inútil; elas já haviam estabelecido uma organização militar de ajuda aos militantes transportando armas, servindo de enfermeiras, cozinheiras, ajudantes, qualquer posto necessário, embora não tenham “pegado em armas” (e havia mais homens do que armas disponíveis). Muitas delas tinham medo de sofrerem agressões dos soldados franceses, como já tinha ocorrido, então se seguraram às raízes nacionais e mostraram grande patriotismo. É importante citar que, quando a Argélia tornou-se independente, a discriminação com base no sexo foi retirada da Constituição, as mulheres ganharam um maior acesso à educação e foram permitidas ingressar em áreas como engenharia, medicina e treinos aéreos dentro do exército.

Nenhum conflito armado chegou aos pés, no entanto, das duas Guerras Mundiais. Nesse período do século XX, surgem diversas mulheres com participações de suma importância para a história. Uma delas, Maria Bochkareva, fez história ao comandar o Batalhão da Morte, um batalhão russo formado apenas por mulheres para lutar na Primeira Guerra Mundial, quando os homens não aguentaram –Bochkareva, ao persuadir o ministro de defesa russo a criar o batalhão, dizia que se os homens não queriam lutar, que deixasse mostrar o que as mulheres podiam fazer. Cook (2006) explana que ela conseguiu recrutar duas mil mulheres que, após severo treinamento, se transformaram em trezentas. Bochkareva avançou no fronte com seu batalhão, esperando que os homens se envergonhassem com a visão de mulheres indo para a guerra, e assim as seguissem como um só [batalhão]. Infelizmente, os homens recusaram-se a seguir ordens de mulheres, e todas as suas tentativas futuras também receberam insultos e ameaças.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a participação ativa de vários países nela, grande parte do contingente masculino foi chamado para compor o exército, de forma que, em vários lugares do mundo as mulheres tomavam posições que antes não lhes eram permitidas. Esse fenômeno pode ser visto tanto na França, onde mulheres assumiram as fazendas familiares, postos governamentais locais, patrocinaram soldados e se corresponderam com eles, melhorando a moral das tropas, quanto na Alemanha. Embora isso seja razoavelmente comum em tempos de crise nacional, como já pontuado por Ross-Nazzal (2006), as posições

conquistadas pelas mulheres não duraram muito tempo, voltando, em certos pontos, à normalidade após o término da guerra.

Uma exceção, no entanto, foram as mulheres britânicas, que já iniciavam a luta pelo sufrágio antes da guerra. Com isso, ao assumirem as indústrias e postos de trabalho, as britânicas passaram por uma mudança de pensamento e experimentaram uma liberdade e independência que antes não possuíam (SCHWARZ, 2006). Parte da sociedade, no entanto, não concordou com a perspectiva de garantir os direitos às mulheres; com o decorrer da guerra e a escassez crescente de homens, a participação feminina na economia e organização estatal provou-se indispensável.

“Não se podia mais argumentar que as mulheres eram incapazes de se sustentar e contribuir de maneira demonstrável para o esforço nacional. Ao mesmo tempo, a mentalidade das mulheres passou por uma transformação substancial. Eles tomaram consciência de suas próprias habilidades e potencial. Apesar da decepção do período pós-guerra, eles mantiveram confiança, orgulho e um sentimento de realização. A nova mulher, como o gênio, não poderia ser colocada de volta na garrafa.” (SCHWARZ, 2006, p.236)

Em face do trabalho árduo exercido durante a guerra, bem como a mudança de mentalidade vista na população durante esse período, Schwartz (2006) aponta que as mulheres acabam por conquistar o direito ao voto, em 1918. Além de toda participação feminina na indústria e economia, também houve representação nos exércitos, como enfermeiras, médicas, auxiliares, em trabalhos administrativos, entre outros.

Por outra perspectiva, Calkins (2006) salienta a atuação das mulheres britânicas na Primeira Guerra Mundial, não apenas de forma passiva, mas também de forma ativa. Com o contingente masculino cada vez mais escasso, em 1917 a Grã-Bretanha torna-se o primeiro país a admitir mulheres formalmente nas forças armadas com a criação do Corpo Auxiliar do Exército das Mulheres, a Força Aérea Real das Mulheres e o Serviço Naval Real das Mulheres –inicialmente com vinte e cinco mil recrutas, ao fim da guerra, mais de cem mil-. Ainda assim, não era suportável para a sociedade ver mulheres tomando lugar de homens, de forma que Calkins (2006) observa que as oficiais tinham títulos de “administradoras”, “forewomen”¹³, assistentes de dirigente ou, para as alistadas no geral, trabalhadoras.

¹³ Neste caso, trata-se de uma trabalhadora mulher que supervisiona e dirige outros trabalhadores. Tradução possível seria “dirigente”, “operária chefe”, etc.

Mesmo participando oficialmente da guerra (por meio do Corpo Auxiliar do Exército das Mulheres, a Força Aérea Real das Mulheres e o Serviço Naval Real das Mulheres), elas não deveriam portar armas ou entrar em combate; suas funções incluíam trabalhar como balconista, telefonista, nas cantinas, instruindo civis e soldados no uso da máscara de gás (exército), pagadoras, codificadoras, decodificadoras, telegrafistas, sinalizadoras, desenhistas, lavando coletes salva-vidas e quaisquer outras funções que liberassem os homens para serviço (marinha), mecânicas, operadoras de rádio, embaladoras de para-quedas, armeiras, cozinheiras e enfermeiras (aeronáutica). No exército, as mulheres vestiam uniformes, mas não eram saudadas militarmente, na aeronáutica não havia pilotas femininas e nem ao menos ficavam na base aérea, continuavam em casa para poupar dinheiro e não arriscar relacionamentos entre elas e os oficiais.

Entre os trabalhos mais incomuns para as mulheres estava a espionagem. Poucas espãs foram mortas em batalha, mas Calkins (2006) aponta que as que foram, rapidamente tornaram-se mártires pela propaganda britânica, usando como exemplo Edith Louisa Cavell, que servia de enfermeira na Bélgica ocupada pelos alemães, executada pelo exército ao descobrirem que ela escondia e salvava soldados belgas, franceses e ingleses. Outro caso foi Margaretha Gertruida MacLeod (conhecida como Mata Hari), uma dançarina exótica nascida na Holanda, acusada de ser espã dupla para os alemães e condenada pela corte marcial, embora tenha negado ser espã para a Alemanha até o fim, quando recusou uma venda e ainda soltou um beijo para seu esquadrão de fuzilamento (COOK, 2006).

Calkins (2006) também afirma que as conquistas e talentos demonstrados pelas mulheres durante a Primeira Guerra Mundial foram esquecidos, mas todas elas (independente de onde tenham trabalhado ou servido) ajudaram a abrir caminho para as futuras gerações que viriam a ocupar posições de genuína autoridade dentro das forças armadas.

Em consonância com a metodologia usada e visando demonstrar que cada história pessoal feminina conta para um cenário maior, buscando uma ligação mais pessoal entre as narrativas das mulheres e a história geral, é de interesse deste trabalho mencionar os nomes de algumas personalidades que participaram na Primeira Guerra Mundial: Lady Theodosia Bagot, membro do exército da Igreja que organizou diversos hospitais militares; Agnes Elizabeth Bennet, médica australiana, chefe da unidade na Escócia; Catherine Black, enfermeira voluntária; Mairi Lambert Chisholm, ajudante e motorista de ambulância; Helen Fairchild, primeira enfermeira americana a morrer em serviço no fronte; Florence Farmborough, enfermeira com o exército

russo; Bessie Beatty, correspondente de guerra; Gertrude Margaret Bell, inteligência britânica no Oriente Médio, advogava que os árabes deveriam cuidar de seu próprio país e foi decisiva para o desenvolvimento do Iraque como país após a guerra; Violet Douglas-Pennant, chefe da Força Aérea Real das Mulheres; entre tantas outras¹⁴.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surgem mais oportunidades para mulheres ingressarem, sendo numa ampla rede médica, como a australiana, contando com mais de cinquenta mil alistadas (COOK, 2006); tocando a economia para ajudar o exército, como na Bulgária, onde Minchev (2006, p.91) coloca que “O país foi transformado em um grande campo de trabalho, onde as mulheres eram a principal força produtiva.”; ou com a aparição de batalhões femininos na Polônia, por exemplo, que lutaram juntamente com o exército soviético, também com mulheres em sua composição. Nas forças armadas soviéticas também pode-se ver regimentos aéreos formados apenas por mulheres, como o de Marina Raskova, iniciado quando os homens estavam indisponíveis e as aeronaves, obsoletas.

Cottam (2006) observa que em 1943 a União Soviética cria um prêmio para honrar “o mais corajoso entre os corajosos”, a Ordem de Glória. Entre os dois mil e quinhentos ganhadores deste laurel, quatro eram mulheres: Sargento Matriona (Motia) Semenovna Necheporchukova-Nozdracheva, médica; Nina Pavlovna Petrova, *sniper*; Sargento Danute Jurgievna Staniliéne-Markauskene, comandante de metralhadora; Nadezhda (Nadia) Aleksandrovna Zhurkina-Kiek, artilheira da força aérea. É importante destacar que outras mulheres receberam honras e méritos distintos da Ordem de Glória. Bernard Cook (2006, p.543), ainda sobre a participação das mulheres soviéticas, afirma:

“Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres soviéticas foram únicas entre as mulheres das grandes potências em sua participação em larga escala como combatentes nas forças armadas. Elas também tiveram um papel econômico proporcionalmente maior do que as mulheres dos outros principais beligerantes.”

Talvez essa questão se dê porque durante a Primeira Guerra Mundial o exército soviético já teve uma experiência com mulheres combatendo como oficiais (exemplo do Batalhão da Morte). Esse período também foi um divisor de águas para as mulheres americanas, na medida em que também foram aceitas em partes das forças armadas. No fim da Primeira Guerra Mundial, as mulheres que foram recrutadas como militares voltaram para vidas civis assim que

¹⁴ Todas as menções, embora poucas, foram retiradas do livro **Women and War: Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**, 2006, editado por Bernard Cook.

a guerra findou, não possuindo nem *status* nem pagamento correspondente à carreira militar. Após o ataque em Pearl Harbor, as mulheres foram enfim aceitas como reservistas tanto na Marinha quanto nos *Marines* (ULBRICH, 2006) e, uma vez chamadas à ativa, possuíam paridade de pagamento, *ranking* e *status*.

Ulbrich (2006) indica, ainda, um problema por parte da sociedade em aceitar a possibilidade das mulheres virarem soldados; afinal, como elas manteriam a feminilidade se pegassem em armas como os homens? Havia preocupações a respeito das mulheres adquirirem características masculinas, prejudicar seus relacionamentos com os homens e até que elas sucumbissem a urgências sexuais, tendo em vista que estariam cercadas por soldados. Ulbrich (2006 p.612) ressalta que “As mulheres em todos os serviços enfrentavam vários níveis de suspeita, discriminação, assédio e abuso”, lutando para provarem seu valor como soldadas e manter sua respeitabilidade como mulher.

Assédio e abuso eram os principais problemas a serem enfrentados, surgindo campanhas contra as mulheres na Segunda Guerra, reportando-as como lésbicas e prostitutas. Ademais, casos de estupros foram reportados, mas o autor comenta que, com exceção do soldado ser afro-americano, obter justiça era quase impossível, visto que as vítimas eram consideradas culpadas (ULBRICH, 2006). O autor enfatiza ainda que “[...] elas receberam reconhecimento oficial com a aprovação da Lei de Integração de Serviços às Mulheres em 1948. Desde que foram reconhecidas dessa maneira oficial, as mulheres trabalharam por mais equidade e igualdade dentro dos serviços armados.” (ULBRICH, 2006, p.613).

Ainda assim, a Segunda Guerra Mundial serviu para criar postos e abrir espaço para as mulheres em postos antes ocupados apenas por homens. A força aérea, por exemplo, criou o *Women Airforce Service Pilots* (WASP) onde mulheres poderiam pilotar; seu treinamento era feito no *Avenger Field*, primeira e maior base aérea feminina da história. Crowe (2006) coloca que mais de vinte e cinco mil mulheres aplicaram para juntar-se às WASPs e, das 1.830 que foram aceitas, 1.074 conseguiram suas “asas” –inclusive sendo bem-sucedidas em voar aeronaves que os homens se negavam a pilotar, como B-26 e B-29. Apesar disso, a legislação para regular o programa como parte da aeronáutica não passou no Congresso e ele foi encerrado em dezembro de 1944, mesmo com todos os estereótipos e rumores a respeito de pilotas terem se provado falsos (CROWE, 2006)¹⁵. Da mesma forma, pode ser vista a participação de

¹⁵ O Congresso só garantiu status militar para as WASPs em 1977; checar CROWE, Rebekah (2006) In: **Women and War: Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**, p. 616-618.

mulheres na Guarda Costeira (conhecidas como SPARs), no exército (*Women's Army Auxiliary Corps*, WAAC) e outros programas na aeronáutica (*Women's Auxiliary Ferrying Squadron*, WAFS e *Women's Flying Training Detachment*, WFTD).

Entre as mulheres militares, destaca-se Mary-Agnes Brown, uma das primeiras a ser promovida para major e tenente-coronel durante a Segunda Guerra Mundial, Ruth Humphries Brown, piloto da WASP, Jacqueline Cochran, diretora do treinamento de voo feminino, piloto condecorada e criadora da ideia de pilotas e Charity Adams Earley, comandante da única unidade formada apenas por mulheres negras no corpo feminino do exército.

Para as mulheres que não ingressaram nas forças armadas, Vuic (2006) aponta o crescimento significativo de empregos devido a uma escassez de homens que foram recrutados para a guerra, como visto anteriormente, e também em razão de uma propaganda pelo governo que incentivava as mulheres a assumirem os trabalhos industriais e de defesa, argumentando que assim elas se mostrariam patrióticas e não perderiam sua feminilidade. A autora assinala uma empregabilidade de aproximadamente vinte milhões de mulheres; com a aproximação do fim da guerra, no entanto, a mídia começou a veicular artigos que incentivavam as mulheres a deixarem os trabalhos e voltarem para o âmbito privado, embora cerca de 75% delas esperassem continuar em seus empregos.

Durante o período de Guerra Fria, as mulheres continuaram com sua participação pelas forças armadas americanas; Monahan & Neidel-Greenlee (2010) apontam mais de setenta e quatro mil mulheres servindo durante a Guerra da Coreia (1950-1953), mais de duzentas e cinquenta mil servindo durante a empreitada do Vietnã (1955-1975), das quais dez mil serviram no próprio Vietnã, passando pelas mesmas dificuldades e perigos que qualquer outro oficial. Durante a Guerra do Golfo (1990-1991), mais de quinhentas mil tropas americanas serviram na Operação *Desert Shield/Storm* na área do golfo, onde mais de quarenta mil eram forças formadas por mulheres, no que Ghajar (2006) coloca:

“A Guerra do Golfo marcou o maior destacamento de mulheres militares na história dos EUA, bem como o primeiro grande teste das forças armadas dos EUA desde o início da força militar voluntária em 1973 e a eliminação de unidades militares separadas para mulheres durante a década de 1970.” (GHAJAR, 2006 p. 266)

Esse grande engajamento das mulheres em situação de guerra levantou problemas críticos: a tecnologia e estratégia da guerra contemporânea eliminaram a tradicional linha de frente e tornou a distinção entre funções de combate e não-combate mais complexa e “borrada”

(GHAJAR, 2006); ainda assim, as mulheres eram vetadas de postos de combate na Força Aérea, Marinha e *Marines* pelo Ato de Exclusão de Combate de 1948¹⁶, e o exército, que não é embarcado pelo Ato, fez sua própria política de exclusão. Ainda assim, Monahan & Neidel-Greenlee (2010) apontam que as definições de combate são flexíveis o bastante para permitir que elas sejam mandadas para situação de combate, desde que não tenham se alistado oficialmente para tal. Ghajar (2006) acrescenta, ainda, que as mulheres sofreram as mesmas dificuldades e condições de guerra que os homens, sem nenhum tratamento privilegiado, também foram submetidas ao combate, à tortura, captura, perigo.

Um ano após a tragédia do *World Trade Center* em 09/11/2001, o presidente americano George W. Bush encorajava que as Nações Unidas tomassem medidas contra o Iraque, ou os Estados Unidos não teriam escolha a não ser tomarem por conta própria (MONAHAN & NEIDEL-GREENLEE, 2010). Em março de 2003, os Estados Unidos declaram guerra ao Iraque, e até o ano de 2008, noventa e sete mulheres perderam a vida em serviço, assim como quinhentas e oitenta e cinco foram feridas; ainda assim, os dados mais alarmantes trazidos por Monahan & Neidel-Greenlee (2010) são a respeito dos assédios sexuais:

“Com o passar dos anos no Iraque, o número de agressões sexuais contra mulheres militares dos EUA aumentou, assim como o número de assassinatos e suicídios após os estupro. Em 2004, houve 1.700 ataques sexuais relatados contra mulheres militares dos EUA. Desses ataques, apenas 329 terminaram em acusações contra homens que cometeram os crimes.” (MONAHAN & NIEDEL-GREENLEE, 2010 p. 88%)

As autoras apontam que as agressões sexuais contra as mulheres militares são realizadas pelos homens militares dentro das próprias forças armadas, e foram um fenômeno crescente e recorrente durante as guerras do Iraque (2003-2008), Afeganistão (2001-) e Kuwait (1990-1991). Ainda assim, a participação feminina americana nos combates pós-Guerra Fria se faz presente e essencial.

Portanto, este capítulo objetiva apresentar que, apesar das sociedades em diferentes épocas e espaços geográficos serem patriarcais e dominadas por homens, bem como as esferas públicas e militares, as mulheres sempre participaram de guerras e conflitos, seja de forma direta ou indireta, formal ou informal. Os exemplos aqui citados são apenas alguns dos vários que

¹⁶ O ato em questão fez parte da política de exclusão das mulheres de posições de combate, publicado juntamente com o Ato de Integração das Mulheres no Serviço Armado (*Women's Armed Services Integration Act*) de 1948, para “estabelecer o Corpo de Mulheres do Exército no Exército Regular, para autorizar o alistamento e a nomeação de mulheres na Força Aérea Regular, Corpo Regular da Marinha e Fuzileiros Navais e nos componentes da Reserva do Corpo do Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais, e para outros propósitos” (Lei 80-625). Disponível em: <https://uslaw.link/citation/us-law/public/80/625>

existiram, e não é possível trazer todos os nomes das mulheres que serviram, embora todas elas tenham sido caminho para a atual participação feminina nas forças armadas.

2. TEORIA E DEBATE SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS ARMADAS

No capítulo anterior foi apresentado um resumo de recortes históricos contendo participações femininas em conflitos -seja esta de forma direta ou indireta, em participação ativa (pegando em armas) ou ajudando na logística. Esse recorte foi feito perpassando pela Idade Antiga, Média, Moderna, Contemporânea e várias outras, da mesma forma que foram observadas civilizações ocidentais e orientais.

Como visto anteriormente, apesar de diferentes épocas históricas, áreas geográficas e sociedades, o fenômeno da participação das mulheres em conflitos não é tão incomum quanto seria de se imaginar ao avaliar sociedades patriarcais; pelo contrário, foi um evento relativamente recorrente apesar das diferenças apontadas -região, época, sociedade. Feito o breve resumo histórico, é possível enxergar uma abertura para a participação das mulheres não apenas em tempos de conflito e crises de Estado, mas em forças armadas oficiais, onde foram efetivamente qualificadas como militares.

Então, torna-se importante averiguar as categorias analíticas úteis ao trabalho, como a diferenciação entre sexo e gênero, quais os papéis de gênero, o sistema patriarcal e a própria teoria feminista que embasa este trabalho. Além dos conceitos teóricos, é interessante perceber que, apesar de ter havido uma abertura para as mulheres nas forças armadas (apresentado no primeiro capítulo), elas não foram integradas imediatamente; sua entrada na vida militar foi alvo de vários debates, em especial no que tange a permanência ou não das restrições impostas, que será apontado na última parte deste capítulo.

2.1. Teoria feminista

Um dos marcos teóricos para as teorias das relações internacionais foi o final da Guerra Fria, em que surgem novas concepções de mundo e o fenômeno da globalização de forma mais abrangente. Como as teorias anteriores não foram capazes de explicar o fenômeno de forma completa, houve uma abertura para novas teorias surgirem na academia “com vistas a enquadrar novos itens na agenda política global” (COSTA, 2009, p. 205). Tickner (2001) aponta que, juntamente com o final da Guerra Fria, houve um declínio das questões de estudo de segurança nacional, antes o coração da disciplina de relações internacionais nos Estados Unidos desde 1945. O foco dos estudos migrou para outras questões e Tickner (2001) acrescenta que a

perspectiva feminista entrou na disciplina ao mesmo tempo que a Guerra Fria se findava, crescendo e consolidando a participação feminina nos dez anos seguintes.

O feminismo surgiu não apenas como uma escola, mas como um movimento em prol da igualdade entre os homens e as mulheres, que historicamente não têm os mesmos direitos e participação na sociedade ou em âmbitos públicos. Tanto como movimento quanto como teoria, é extremamente amplo, existindo diversas ramificações com diferentes entendimentos de conceitos e propostas; como movimento, pode ser apresentado pelo feminismo negro, lésbico ou marxista, por exemplo¹⁷. Sjoberg & Via (2010) apontam que existem muitos feminismos e, apesar de nem sempre compartilharem a mesma interpretação de gênero ou a mesma conceituação do próprio feminismo, eles compartilham certos comprometimentos epistemológicos e metodológicos que os qualificam como abordagens feministas. Os comprometimentos apontados são: função do feminismo, partindo do pressuposto de prover informações empíricas sobre como o mundo funciona que não seriam possíveis sem usar o gênero como categoria analítica e um ato político de comprometimento a entender o mundo pela perspectiva do socialmente subjugado (SJOBORG & VIA, 2010 p.9, *apud* BROWN, 1988).

Sendo assim, Sjoberg & Via (2010) fornecem uma definição do feminismo como uma teoria política que coexiste e interage com um movimento político dedicado a erradicar o problema que as mulheres vivenciam por causa de seu sexo. Em consonância, Monte (2013) aponta que as abordagens que usam o gênero como categoria de análise buscam por explicações da assimetria entre eles e que, apesar de focos analíticos e métodos variarem, o uso do conceito “gênero” continua a ser o ponto de convergência entre as diferentes abordagens.

Sylvester (2002) coloca que o movimento internacional contemporâneo das mulheres teve suas bases políticas e epistemológicas na década de 1960¹⁸, quando se observou a luta pelos direitos políticos femininos com o movimento cujas participantes ficaram conhecidas como sufragistas. Esta primeira organização do movimento foi denominada como Primeira Onda do Feminismo. Entre a década de 1960 e 1990, Matuella (2017) aponta que houve um deslocamento de mulheres que participavam de outros grupos de transformação social -como nacionalistas e comunistas- para grupos mais específicos que tratavam também da libertação da

¹⁷ As três correntes feministas citadas são apenas exemplos das várias existentes.

¹⁸ Importante notar que esse marco temporal é utilizado pelas teóricas e historiadoras apenas para uma delimitação temporal do surgimento da teoria feminista, embora haja controvérsias quanto ao surgimento do movimento feminista, inclusive apresentando o chamado Feminismo Comunitário na Bolívia, pelas indígenas.

mulher ou que tenham igualdade de gênero na demanda, visto que perceberam que estavam subordinadas a homens também nessas atividades. Esse movimento e crescimento de grupos que trabalharam a igualdade de gênero foi chamado de Segunda Onda do Feminismo. Sylvester (2002) afirma ainda que, na década de 1980, as feministas eram numerosas e confiantes o suficiente para escreverem e serem publicadas, garantindo espaço na academia e programas de estudos. Já do final do século XX até os dias atuais, denomina-se um período compreendido como Terceira Onda¹⁹ do Feminismo, onde estudos são mais focados em questões contemporâneas e abrangentes, afastando-se dos pensamentos centralizados nos países ocidentais (CORDEIRO, 2016).

Embora existam diversas correntes teóricas do feminismo, neste trabalho serão apresentadas apenas duas, com vista a entender um pouco de sua criação teórica sem dispersar muito do tema central. Tickner (2001) inicia pelas liberais, visto que é a primeira corrente a aparecer, com pensamentos que remontam aos séculos XVII, XVIII e XIX. A autora coloca que as feministas liberais afirmam ser a discriminação que as impede de buscar seu interesse racional, além de que homens costumam ser julgados por seus méritos e como pessoa, enquanto as mulheres são julgadas como grupo e “mulher”²⁰. As liberais acreditam que esses impedimentos à busca de sua capacidade podem ser eliminados se retiradas as barreiras legais e outros obstáculos que lhes negam as mesmas oportunidades dos homens.

Surgindo na década de 1960 e 1970, Tickner (2001) prossegue com as radicais, que apontam uma contrapartida às feministas liberais, criticando-as no que tange a busca por se igualar ao homem; as radicais acreditam que a discriminação é mais profunda do que obstáculos legais e que retirá-los não resolveria um problema criado pela sociedade patriarcal, onde há um sistema perverso de dominância masculina. Sua perspectiva passava por celebrar as diferenças e traços femininos, que julgavam importantes e poderiam ser a base para sociedades melhores.

Tickner (2001) coloca, ainda, que o ponto de vista feminista pressupõe que todo conhecimento reflete interesses e valores de grupos sociais distintos, sendo sua construção afetada por diversos fatores políticos, ideológicos, sociais, históricos, entre outros. Com essa percepção, a autora afirma, quanto à importância do estudo das teorias feministas:

“O status subordinado das mulheres significa que as mulheres, diferentemente dos homens (ou de alguns homens), não têm interesse em mistificar a

¹⁹ Não há consenso na doutrina a respeito da delimitação das ondas do feminismo, é possível achar estudos em que a Onda em questão é considerada como a Quarta Onda.

²⁰ Nesse caso, usado como termo depreciativo em razão do gênero feminino, como uma espécie de inferiorização.

realidade, a fim de reforçar o status quo; portanto, é provável que elas desenvolvam uma posição mais clara e menos tendenciosa do mundo” (TICKNER, Ann, 2001 p. 17)

No ramo das relações internacionais, a teoria feminista conta com grandes nomes como Christine Sylvester e, especificamente na área da segurança, este pensamento se destaca em autoras como Ann Tickner e Cynthia Enloe. A abertura desse caminho acadêmico, Sylvester (2002) coloca, deu-se por conta de associações como a *International Studies Association*, onde conseguiram uma seção para Teoria Feminista e Estudos de Gênero (FTGS: *feminist theory and gender studies*) e assim conseguiram visibilidade na área. Sylvester (2002) acrescenta, ainda, que Enloe e Tickner, juntamente com Elshtain, foram as mais importantes autoras da década de 1980 e 1990, e que nenhuma outra obra (escrita por apenas uma autora) teria tamanha importância intelectual e para as relações internacionais feministas quanto as deste trio.

Influenciado pelas feministas pós-modernas, pós-coloniais e terceiro-mundistas, Tickner (2001) aponta o surgimento de um debate ascendendo pela década de 1980 em relação à noção de patriarcado, colocando que se torna potencialmente problemático; embora muito utilizado pelas feministas radicais e socialistas, a autora traz o exemplo de Nira Yuval-Davis, afirmando que o termo pode ter sido apropriado para certos períodos históricos e regiões geográficas, mas torna-se um instrumento analítico muito bruto. Seu argumento perpassa pelo fato de que, na maioria das sociedades, algumas mulheres têm poder sobre os homens e outras mulheres; outro fator que colaborou para a discussão e entendimento desses pontos foi o feminismo negro, que introduziu considerações sobre classe e raça, além do gênero.

Esses debates indicam uma ramificação do feminismo enquanto movimento político e enquanto teoria em virtude das diversas demandas apresentadas por diferentes mulheres. Por exemplo, a aparição das feministas terceiro-mundistas e a figura de Chandra Mohanty, que observa uma impossibilidade de representar todas as diversidades históricas, enquanto aponta a importância de redescobrirem as próprias identidades e produzirem seus próprios conhecimentos, visto que essa ramificação [a terceiro-mundista] conflitaria com mais de uma forma de opressão: racismo, machismo, colonialismo e até capitalismo. (TICKNER, 2001)

Embora as autoras tenham se embasado em obras das feministas liberais para se estabelecerem dentro da disciplina de relações internacionais -com assuntos como participação feminina em políticas externas ou forças armadas- Tickner (2001) coloca que muitas rejeitam a orientação empírica das liberais, em decorrência de baixo número de participação feminina na política externa, por exemplo, e afirmando que:

“As teóricas feministas das RI geralmente concordam com as alegações pós-liberais de que as hierarquias de gênero são socialmente construídas e mantidas através de estruturas de poder que trabalham contra a participação das mulheres na formulação de políticas de segurança externa e nacional” (TICKNER, 2001 p. 21)

Como Eleanor Roosevelt²¹ e várias outras mulheres apontam, Tickner (1992) enfatiza que a política internacional é um mundo de homens, onde há pouca evidência que sugira participação feminina na formação de política externa de qualquer país no século XX; a autora também declara que as mulheres são sub-representadas em todas as posições de elite do governo americano e além, ademais, mesmo quando se encontram em posição de poder, se deparam com dificuldades adicionais, principalmente relacionadas à política internacional.

2.2. Categorias analíticas

Como já visto na primeira parte deste trabalho, existem diferentes feminismos e interpretações de conceito dentro dessas variantes, embora a classificação de perspectiva feminista seja atribuída a trabalhos que usam gênero como categoria analítica e essencial à explicação de aspectos do mundo. Sendo assim, nesta parte serão apresentadas diferentes concepções de conceitos que integram a teoria feminista das relações internacionais, começando com o seu ponto central, o gênero. É interessante frisar que essa categoria é não apenas central para o feminismo, mas para esse trabalho, visto que entendendo o funcionamento do gênero é possível compreender o comportamento apresentado pela sociedade, não em virtude de características inatas, mas construídas socialmente, permitindo o entendimento da proibição das mulheres como militares e sua conseqüente permissão.

Tickner (2001) aponta que as feministas definem gênero como um conjunto de variáveis, mas social e culturalmente construídas características: aquelas como poder, autonomia, racionalidade, atividade e público são relacionadas de forma estereotipada à masculinidade, enquanto seus opostos, fraqueza, dependência/conectividade, emocionalidade, passividade e privado, são atribuídas à feminilidade. Tickner (1992) também afirma que “*in committing itself to gender as a category of analysis, contemporary feminism also commits itself to gender equality as a social goal*”²²; a autora indica: quando as diferenças entre homens e

²¹ Tickner (1992) utiliza no início de sua obra uma frase famosa da antiga primeira dama americana, Eleanor Roosevelt: “Com demasiada frequência, as grandes decisões são originadas e formadas em corpos compostos inteiramente por homens, ou tão completamente dominados por eles que qualquer valor especial que as mulheres tenham para oferecer é desviado sem expressão” (Tradução livre)

²² Tradução livre: “Ao se comprometerem [as feministas] com gênero como uma categoria de análise, o feminismo contemporâneo também se compromete com a igualdade de gênero como um objetivo social”.

mulheres não são mais vistas como naturais, é possível examinar a desigualdade de gênero - uma das maiores demandas do feminismo atualmente- construída e sustentada em diversas áreas da vida pública e privada. Um exemplo disso nas relações internacionais trazido por Tickner (1992) são nos discursos políticos, onde os países estrangeiros são comumente tratados como “outros”, assim como as mulheres; países tropicais e não-brancos são retratados como irracionais, emocionais e instáveis, características também associadas às mulheres.

Scott (1988) indica que o termo “gênero” aparentemente foi usado primeiro pelas feministas americanas para insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico. A autora prossegue colocando que o termo tem complexidade e volubilidade, visto que pode designar tanto um arcabouço teórico por trás quanto pode simplesmente se referenciar à relação entre os sexos. Além desta, Scott (1988) aponta outras percepções para a palavra gênero, observando que uma delas é como sinônimo de “mulher”, visto que os trabalhos e livros tratando a respeito de assuntos feministas colocavam “gênero” como substituto; parte disso visava aparentar um nível elevado e erudito, até uma conotação mais neutra e objetiva. Utilizar-se do termo gênero parecia associar-se mais ao campo acadêmico das ciências sociais e desassociar-se do movimento político feminismo, que foi uma forma pela qual as acadêmicas feministas conseguiram buscar legitimidade para seus trabalhos na década de 1980. “O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.” (SCOTT, 1988 p. 14) em outras palavras, o gênero constitui a parte da identidade construída de forma cultural e social.

West (1987) destaca que para as pessoas que ensinavam em cursos no fim da década de 1960 e início de 1970, era importante distinguir cuidadosamente sexo de gênero; a autora afirma que diziam aos estudantes que sexo é aquilo atribuído pela biologia, como anatomia, hormônios, fisiologia. Gênero, por outro lado, seria um status alcançado, algo construído por meios psicológicos, culturais e sociais. Para introduzir esse estudo, os professores citavam os trabalhos antropológicos de Margaret Mead²³, por exemplo. West afirma que “fazer gênero envolve um complexo de percepções, interações e atividades micropolíticas guiadas socialmente” (WEST,

²³ Para mais informações, checar **Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas** (1935) de Margaret Mead. O estudo empírico da antropóloga demonstrou que havia sociedades em que as mulheres demonstravam características tipicamente associadas aos homens e vice-versa, chegando à conclusão que esses traços de personalidade não seriam herdados do sexo ou da biologia, mas seriam socialmente construídos.

1987 p. 126) que acabam por atribuir a ideia de expressões naturais femininas e masculinas. Dessa forma, a autora coloca o gênero como uma rotina metódica e recorrente de atividades.

West (1987) alega ainda que gênero seria a atividade de gerenciar condutas à luz das concepções normativas de atitudes e atividades apropriadas à categoria sexual da pessoa, entendendo categoria sexual como uma divisão estabelecida e sustentada pela identificação que a sociedade atribui ao indivíduo como sexo masculino ou feminino. Apesar de estar diretamente ligada ao sexo biológico, a autora adverte que a categoria sexual não precisa necessariamente estar de acordo com o sexo, os dois conceitos, juntamente com o de gênero, têm independência analítica. West (1987) coloca ainda que tanto o papel de gênero quanto a exibição de gênero²⁴ focam em aspectos comportamentais de ser um homem ou uma mulher; em outras palavras, estes conceitos seriam a expressão comportamental do que a sociedade elenca como pertinente ao gênero. Ser mulher, coloca a autora, vai além de usar um vestido (uma identificação de exibição) e permitir que um homem acenda seu cigarro (uma exibição de gênero).

A análise desta categoria analítica se faz importante quando, por exemplo, se examina a divisão do trabalho entre homens e mulheres; West (1987) afirma que tal divisão foi percebida como natural e baseada na biologia, o que acaba gerando profundas consequências psicológicas, no âmbito comportamental e social. Ainda sobre a divisão do trabalho, a autora coloca que sempre que as pessoas se deparavam com problemas de alocação (tais como quem fará o quê, conseguirá o quê, planejará ou executará uma ação, será dirigido ou irá dirigir), a forma como estes eram resolvidos estava condicionada à exibição, dramatização ou celebração da “essência natural” da pessoa como homem ou mulher.

Já quando se trata dos papéis de gênero, West (1987) aponta que são identidades situadas, assumidas de acordo com a demanda da sociedade, e não identidades principais; além disso, a autora afirma que gênero é mais do que papéis, conjunto de traços ou variáveis, mas sim um produto de feito social. A autora aponta que “fazer gênero”²⁵ é inevitável por ser uma consequência social da categorização do sexo, e que se a população continuar a perpetuar esse entendimento, estará simultaneamente sustentando, reproduzindo e legitimando os arranjos institucionais que são baseados nas categorias do sexo biológico. West (1987) ainda propõe formas de enfraquecer o sistema, como mudanças legislativas e ideologias que questionem o arranjo existente (a exemplo do feminismo como movimento). Completa enfatizando que o

²⁴ Neste caso, a palavra exibição está como tradução para “*gender display*”.

²⁵ Traduzido do texto homônimo da autora “*Doing Gender*”, cujo objetivo é questionar se é possível evitar “fazer gênero”. Para mais informações, checar **Doing Gender**, 1987 de West & Zimmerman.

gênero é uma ferramenta ideológica poderosa e que o entendimento de como é produzido nas situações sociais pode prover um esclarecimento da estrutura interacional social e os processos de controle que a sustentam.

Outra categoria já previamente citada neste trabalho que se faz pertinente ao estudo é o patriarcado. Enloe (2017) comenta que a palavra em si evoca uma ideia antiga, aparentemente deslocada no tempo quando se trata do feminismo atual; algo que as feministas da Segunda Onda costumavam pintar em seus cartazes de protestos. “Pense novamente”, Enloe (2017, p. 11%)²⁶ afirma, atestando que o patriarcado é tão atual (e recorrente) quanto o *Brexit* e Donald Trump²⁷, e a hesitação das pessoas em usar o termo é uma das razões para sua existência até os dias atuais.

“O patriarcado é o sexismo cotidiano, mas é mais do que o sexismo cotidiano. O patriarcado abraça a misoginia, mas depende em mais [questões] do que a misoginia. O patriarcado produz desigualdade de gênero, mas suas consequências são mais profundas que a desigualdade de gênero. O patriarcado é um sistema - uma rede dinâmica - de ideias e relacionamentos particulares. Esse sistema de ideias e relacionamentos entrelaçados não é frágil; não é estático. O patriarcado pode ser atualizado e modernizado.” (ENLOE, 2017 p. 12%)

Além de uma definição, a autora declara a utilidade de utilizar o termo “sustentável” juntamente com “patriarcado”; embora sustentabilidade evoque uma percepção positiva em contramão ao patriarcado, Enloe (2017) coloca que não são uma contradição de termos, na medida em que a sustentabilidade se define por um pensamento a longo prazo, para que assim seja possível sobreviver. Nesse sentido, a autora indica que sua intenção não é transformar o patriarcado em algo que não se pode lutar, mas pelo contrário, tem a vontade de mais efetivamente desafiá-lo e desmantelá-lo.

Como outra razão para sua sobrevivência, Enloe (2017) enumera suas crenças (a explicação de como o mundo funciona) e seus valores (o que consideram valer a pena, bom e atrativo) como apelativos, não apenas a homens, mas também a algumas mulheres. Essas crenças incluem se o sexo é fixo no nascimento, se gênero e sexo são sinônimos, se homens e mulheres são “naturalmente” diferentes, se a masculinidade herda a racionalidade enquanto a

²⁶ O material usado para pesquisa estava em formato *epub*, onde não é possível ver página, apenas porcentagem do livro lido.

²⁷ Exemplos utilizados e explicados na obra da autora, para mais informações, checar **The Big Push: Exposing and Challenging the Persistence of Patriarchy**, 2017, Cynthia Enloe.

feminilidade herda a emocionalidade, se a raça humana é colocada naturalmente em certa hierarquia, entre outros (ENLOE, 2017).

2.3. Mulher nas forças armadas como área de estudo

Quando se fala sobre estudos de relações internacionais, o Estado apresenta-se como uma categoria de análise de suma importância; sem ele, não há análise das relações e nem o próprio cenário internacional, de modo que o Estado é um dos maiores focos de estudos no âmbito das relações internacionais, quiçá o maior. As forças armadas, conseqüentemente, também o são, visto que representam a força legítima de um país e, como apontado por Fenner (1998), só seus membros são autorizados a usar essa força para proteger a soberania nacional - o que inclui não somente a proteção das fronteiras territoriais e cidadãos, mas também engajar em empreendimentos políticos e econômicos considerados vitais para os interesses da nação. Woodward & Duncanson (2017) acrescentam ainda que nas últimas décadas o papel das forças armadas de proteger o Estado foi complementado com a aparição de outras prioridades, como negociações de cessar-fogo, proteção de civis em operações de paz, prevenção de violações em massa dos direitos humanos por meio de intervenções humanitárias e ajuda em reconstruções pós-conflito.

Dentro dessa esfera militar, como visto no capítulo anterior, a maior dominância é por parte dos homens, embora haja representações de mulheres em conflitos ao longo da história²⁸. No entanto, quando as forças armadas começam a permitir a entrada das mulheres, surge a necessidade de estudá-las nesse contexto, originando um debate sobre quem é “obrigado” a servir, quem tem o “direito inalienável” de servir e quem “conquistou o privilégio” de servir (FENNER, 1998).

Segel (1999) destaca que até os anos 1970 não havia quase nenhum trabalho sobre a participação feminina nas forças armadas, mas que as pesquisas e políticas públicas cresceram muito nos vinte anos seguintes, decorrentes da expansão da atuação das mulheres na esfera militar dos Estados Unidos e países Europeus. A partir de então, a área tornou-se centro de trabalhos de cientistas políticos, historiadores, antropólogos, psicólogos, jornalistas e até próprios militares que escreveram sobre suas experiências. Segel (1999) aponta que trabalhos literários anteriores colocam as forças armadas como uma instituição definidora de gênero, visto ser uma tradição que cria ou reafirma a masculinidade entre os homens; historicamente,

²⁸ Ver o primeiro capítulo deste material para mais informações e exemplos.

servir militarmente era visto como um rito de passagem da infância para o amadurecimento do homem. Macdonald (1987) acrescenta, ainda, que sendo a guerra definida como uma atividade masculina, onde as características comumente associadas aos homens são altamente valorizadas, uma guerreira mulher é vista como inerentemente inquietante para a ordem social.

Sobre essa área de estudo, Segel (1999) faz um estudo apontando fatores que afetam a participação das mulheres nas forças armadas. A primeira razão elencada diz respeito à situação militar, visto que quando há baixa de homens ou emergência nacional, há um aumento de mulheres participando em combates ou, mais comumente, em funções de não-combate²⁹. Outra questão a ser citada neste ponto é que a autora também afirma que em sociedades com pouco nível de ameaça, mas com fortes valores culturais apoiando a igualdade de gênero³⁰, também há aumento desses números.

A segunda razão é a estrutura social, em que Segel (1999) subdivide em força de trabalho, fatores econômicos e papéis familiares; com o aumento da participação das mulheres em outros ramos do trabalho, torna-se menos justificável excluí-las das forças armadas, gerando uma probabilidade de aumento de números também na área militar. Da mesma forma, quando o período econômico está favorável e em expansão, as mulheres costumam ser mais empregadas, enquanto por outro lado, se a economia estiver retraindo, elas tendem a sair do mercado de trabalho. O papel da família, segundo a autora, influencia de duas formas: primeiramente porque a maioria das culturas liga intrinsecamente o papel da mulher à família e segundo, porque a natureza do trabalho militar é geralmente construída como incongruente³¹ ao papel familiar.

A terceira e última razão elencada por Segel (1999) é a cultura, visto que o significado de gênero é socialmente construído; desta forma, em países que minimizam as diferenças entre os sexos, as mulheres tendem a participar mais da vida pública -incluindo forças armadas- enquanto em culturas que enfatizam mais as diferenças as mulheres são mais limitadas.

Para Sjoberg & Via (2010) é importante examinar a construção de gênero no contexto da guerra e militarismo porque o estudo inclui questões de exploração de como o militarismo produz desigualdade de gênero, bem como gera papéis, expectativas e ideologias de gênero. As

²⁹ Ver o primeiro capítulo deste material para mais informações e exemplos.

³⁰ A autora aponta o exemplo do Canadá e Suécia e indica estudo anterior para mais informações a respeito dos exemplos citados: Segel & Segel, 1989.

³¹ A autora exemplifica ao citar que normalmente as culturas veem como antiético a mulher desempenhar o papel de mãe e de militar (dar a vida como mãe vs. tirar a vida como militar).

autoras apontam que os esforços masculinos -assim como a guerra e o militarismo- têm efeitos significativos na vida das mulheres, que constituem a maioria das vítimas civis antes, durante e depois dos conflitos; elas são o alvo primário dos que usam estupro e gravidez forçada como arma de guerra, são a maioria dos refugiados e vivenciam uma pesada discriminação como membros das forças armadas ou grupos insurgentes, o que acaba por replicar e aumentar desigualdades sociais.

3. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS AMERICANAS: INTEGRADAS?

Com o arcabouço teórico analisado no capítulo anterior, é possível perceber a relevância que a teoria feminista oferta na academia das ciências sociais, tanto pelas suas categorias de análise, como por apresentar uma nova perspectiva de pensamento a partir da visão do gênero. Suas contribuições vão além das epistemológicas e metodológicas ao considerar a representação de uma parcela da população historicamente pouco representada, além do feminismo continuar aparente como movimento da sociedade civil global. Seguindo pelo caminho traçado pelas teóricas, esse trabalho se desenvolve mediante uma pesquisa qualitativa, baseada em técnicas de análise textual e documental, assim como um estudo de dados e embasamento por entrevistas realizadas dentro das forças armadas, tanto americanas quanto de outros países.

Em continuidade, se faz necessária uma exposição do contingente feminino nas forças armadas americanas, trazendo dados de sua participação em quantidade, postos e forças - Exército, Marinha, Força Aérea e Corpo de Fuzileiros Navais – para avaliar a integração das mulheres em cada área e averiguar uma possível igualdade. Em seguida, é imprescindível a exposição dos maiores obstáculos para a parcela feminina uma vez que entram na esfera militar; como já introduzido no capítulo anterior, parte desses obstáculos se apresentam como assédio sexual e falta de aceitação por parte de alguns homens, por vezes não respeitando as colegas como militares.

Por fim, cabe apresentar argumentos e análise de narrativas das mulheres militares a fim de buscar uma resposta à pergunta de pesquisa, apontando indícios que expliquem se houve ou não uma integração das mulheres nas forças armadas americanas considerando a busca por igualdade ou, como algumas teóricas sugerem, a equidade.

3.1. Debate sobre a participação feminina nas forças armadas americanas

Como mencionado anteriormente, a entrada das mulheres nas forças armadas americanas foi permitida por necessidade em período de guerra, quando a baixa de homens fez com que elas assumissem trabalhos onde anteriormente não havia abertura, geralmente assumindo tarefas ligadas à burocracia e liberando homens para que pudessem lutar. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acabou por desafiar se as forças armadas precisavam de mais pessoas, se as mulheres poderiam ser oficialmente parte do serviço militar e se elas *poderiam*

fazer o trabalho militar; imediatamente surgiram questões sobre elas serem caras e não efetivas, que não conseguiriam aceitar a disciplina militar e que introduzi-las nas forças armadas iria masculiniza-las e danificar a América, além do ataque feito à moral e à sexualidade das militares (FENNER, 1998).

O crescente número de mulheres no serviço militar, principalmente em áreas que costumavam ser formadas unicamente por homens e as ameaças dos espaços remanescentes puramente masculinos geraram antipatia e hostilidade endereçadas às militares, que começavam a buscar por direitos de maternidade e diferenciais de saúde, sendo categorizados como “problemas das mulheres”. (FENNER, 1998). Além disso, surgiram acusações de que as mulheres não carregavam seu peso em exercícios, que elas distraíam os homens em serviço, que atrapalhavam o laço entre eles e que as ações afirmativas lhes davam benefícios que não mereciam.

Sherrow (2007) aponta que as maiores críticas decorrentes dos que são favoráveis à restrição imposta às mulheres são focadas principalmente no quesito de capacidade biológica, conflito com os valores americanos, comprometimento da efetividade militar e degradação da unidade e moral da tropa. De acordo com Mackubin Thomas Owens³² apenas 10% das mulheres possuem todos os mínimos requisitos físicos para 75% dos trabalhos do exército; além dos argumentos mais comuns, como menor força, rapidez e altura, também é explanado o temperamento naturalmente menos agressivo (moldado por anos de História e exemplificado com os 90% dos presidiários por crimes violentos serem homens)³³ e estatísticas dos anos 1990 demonstrando que as mulheres veteranas apresentam maiores índices de transtorno de estresse pós-traumático (*post-traumatic stress disorder* -PTSD), bem como casos mais severos.

Ao pesquisarem a respeito, foi identificado pela Divisão de Neurociências Clínicas da Administração Veterana que o cérebro masculino é mais eficiente produzindo neuro esteroides (substâncias que ajudam a lidar com o estresse) e que o cérebro feminino tende a esgotar a serotonina (substância que ajuda no combate à depressão) mais rapidamente, assim como produzi-la mais devagar (SHERROW, 2007, p. 34). Tendo isso em mente, o argumento principal é que treinamento não reverte diferenças natas; ao fim dele, os homens ainda serão

³² Professor do Instituto de Política Mundial, doutor e coronel, veterano da Guerra do Vietnã (1955-1975); para mais informações a respeito de suas obras e pesquisas, checar **US Civil-Military Relations After 9/11: Renegotiating the Civil-Military Bargain** (2011) e **US Foreign Policy and Defense Strategy: The Evolution of an Incidental Superpower** (2014).

³³ Dados apontados por SHERROW, Victoria -Women in the Military (point and counterpoint), 2007, p. 34.

mais rápidos e fortes que as mulheres, e isso significa que elas estarão mais propensas à captura e morte em situações de combate direto³⁴.

Fenner (1998) coloca que as forças armadas implantaram estratégias de relações humanas para lidar tanto com questões raciais³⁵ quanto com a rejeição por parte dos homens. Os programas criados visavam educar os membros militares sobre discriminação sexual, assédio sexual e comportamento antiprofissional. Ademais, Fenner (1998) pontua que as políticas públicas, além desses programas educativos, esqueceram ou ignoraram debates históricos que poderiam ter sido agregadores e instrutivos. Acrescenta, ainda, que o requisito primário para uma integração de sucesso (como mostrado pela luta contra o racismo) seria uma liderança forte e senso comum. Em outro recorte histórico, a autora coloca que os eventos da década de 1990³⁶ serviram para renovar alguns aspectos do debate da integração das mulheres nas forças armadas, visto que questões sobre a capacidade delas de agirem sob captura pelo inimigo, bem como a reação dos homens e do público sobre isso já haviam sido respondidas em face da atuação delas na Guerra do Golfo (1990-1991).

Por outro lado, apesar da integração parecer em bom andamento, Fenner (1998) também aponta que atitudes e comportamentos problemáticos permaneciam sobre alguns homens militares; além da falta de auto-controle e auto-disciplina, a incapacidade de líderes em trabalhar de forma efetiva com uma cultura de comportamento antiprofissional (até criminal) e a falta de integridade dos oficiais que “cobriam” uns aos outros se tornavam ainda mais sérios os problemas. Nesses episódios, os homens não demonstravam nenhuma propensão a “cuidar das mulheres”, o que era um argumento amplamente utilizado pelos que eram contrários à integração das mulheres nas forças armadas, como aponta Macdonald (1987), pelo contrário, as mulheres precisavam de proteção de seus “protetores”. Tais condutas, Fenner (1998) adiciona, nunca são aceitáveis para a eficiência militar ou para a confiança do público numa democracia.

³⁴ Segundo a definição do exército americano, combate direto significa “Atrair um inimigo com armas individuais ou por tripulação enquanto estiver exposto ao fogo direto do inimigo, uma alta probabilidade de contato físico direto com o pessoal do inimigo e um risco substancial de captura. O combate direto ocorre ao se fechar com o inimigo por fogo, manobra ou efeito de choque, a fim de destruir ou capturar, ou ao repelir ataques por fogo, combate corpo a corpo ou contra-ataque.” (SHERROW, 2007 p. 31).

³⁵ Ao mesmo tempo em que as mulheres sofriam preconceito por parte dos homens, havia também problemas de aceitação de pessoas não-brancas, geralmente negros e latinos. Embora sua demanda seja igualmente importante, esse trabalho não se aterá a essa questão para não desviar do foco principal.

³⁶ Fenner se refere especificamente sobre Operations Desert Shield/Storm (1990-1991) na Guerra do Golfo, onde as mulheres tiveram participação importante. Para mais informações, checar primeiro capítulo deste material.

A respeito disso, a autora elabora que a pergunta mais importante a servir de ponto de partida é a desconexão entre a ideologia cultural [que permite tais condutas e questiona a entrada das mulheres nas forças armadas] e a filosofia política democrática. Afinal, se sabendo do risco de captura, tortura e morte, as mulheres ainda tomem a decisão de participar das forças armadas (e até de conflitos diretos), por que colocariam restrições ao seu livre-arbítrio? Fenner (1998) questiona sobre a capacidade de cidadania total das mulheres, considerando que seu livre-arbítrio é restrito e acaba comprometendo, assim, seus direitos como cidadã.

Em 2013, o então secretário da defesa dos Estados Unidos, Leon Panetta, anuncia oficialmente o fim das restrições para que mulheres sirvam em combate nas forças armadas americanas³⁷. Junto com a declaração, o debate sobre a participação feminina no meio militar novamente entra em ebulição e Egnell (2013) afirma categoricamente que as opiniões diferem tanto individualmente quanto por unidade militar; no entanto, aponta para Martin Van Creveld como um notável estudioso e um feroz opositor, declarando que as mulheres nas forças armadas, não apenas em posições de combate, é parte sintoma, parte causa do declínio das forças armadas “avançadas”.

Egnell (2013) pontua que as preocupações decorrentes do anúncio de Panetta vêm de diversas formas, tanto com questões de licença maternidade quanto com questionamento sobre a efetividade das forças armadas (ou decadência dela) à medida que as mulheres são integradas. Será que a participação feminina em combate prejudicaria a efetividade militar no campo de operações? O autor elabora que, embora seja uma preocupação justa e racional, ela parte da suposição errônea que a estrutura e cultura militar existente já tenha atingido a excelência em guerra. Segundo essa suposição, a integração das mulheres em combate seria um “mal necessário”, de forma que o pensamento a seguir seria de como integrá-las com o mínimo de dano possível. No entanto, Egnell (2013) aponta que esse processo já geraria um ponto de partida negativo, ainda mais se considerado que comandantes e soldados que já serviram com mulheres declararam que “não é grande coisa” e não há nenhuma mudança desde que elas sejam competentes.

Por outro ângulo, a integração das mulheres deveria ser vista, segundo Egnell (2013) como uma oportunidade para revisar a cultura e estrutura das forças armadas, visando maximizar sua efetividade em guerras contemporâneas. Outro exemplo citado pelo autor é no

³⁷ Para ler um exemplo de notícia, acessar: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/pentagono-autoriza-mulheres-na-frente-de-combate-nos-eua.html>

caso do treinamento dos *Marines*³⁸, onde houve a preocupação de baixarem os padrões devido à aceitação de mulheres, mesmo quando o comandante afirmou veementemente que isso nunca aconteceria e que os padrões são de gênero neutro. Egnell (2013) questiona sobre os padrões físicos serem considerados sagrados, visto que já existiu baixa de padrões anteriormente³⁹ e não houve tamanha discussão; o autor conclui que todos os padrões e métodos de treinamento devem ser revisados para avaliar se ainda refletem a capacidade necessária em combates, além dos novos padrões deverem sempre ser gênero-neutro -e adverte que isso significa que, na prática, certas unidades serão impossíveis ou muito difíceis para as mulheres entrarem.

Ainda a respeito do problema dos padrões, Cohn (2000) realiza um estudo que aponta a questão de “justiça” e “baixa de padrões” como maiores argumentos dos homens militares contra a integração da parcela feminina; no entanto, a autora identifica que em partes das falas dos entrevistados era possível ver uma sugestão de um problema mais complexo, relacionado a uma raiva generalizada por ter mudanças. Essa questão se apresenta em uma visão negativa das mulheres que pode significar a construção e reforço das diferenças de gênero, um jeito de afirmar a superioridade masculina, modos de expressar irritação e competitividade em relação às mulheres, ou uma raiva e espécie de “luto” pela perda das forças armadas como santuário militar (COHN, 2000). O argumento desses homens, a autora aponta, passa por um destaque revelador de dados, a exemplo do foco que dão para a inferioridade das militares em treinamento físico, enquanto o que deixam de fora é também importante; Cohn (2000) questiona, então, quais os padrões que faltam? A resposta é dada pelo estudo do Departamento de Defesa em 1978:

“A mulher média disponível para ser recrutada é menor, pesa menos e é fisicamente mais fraca que a grande maioria dos recrutas do sexo masculino. Ela também é muito mais brilhante, mais instruída, tem pontuações muito mais altas nos testes de aptidão e é muito menos provável que se torne um problema disciplinar.” (COHN, 2000 p. 140)⁴⁰

Dessa forma, embora seja tanto irresponsável como perigoso ignorar o problema da capacidade física (COHN, 2000), é perceptível que as pessoas contrárias à integração das

³⁸ O autor trata do *Marine Corps' Infantry Course*, em Quântico, Virgínia, onde se formam turmas de elite das forças armadas americanas.

³⁹ Egnell (2013) exemplifica: em 2005/2006 foi retirada a necessidade de graduação do ensino médio, bem como a aceitação de menor pontuação de aptidão. Para mais informações, checar **Gender Perspective and Fighting**, EGNELL, Robert, 2013 p. 35 In: **Women in Battle**.

⁴⁰ A autora cita um estudo feito pelo Departamento de Defesa Americano no ano de 1978, intitulado “*Background Study*”, não mais disponível no site oficial do Departamento.

mulheres nas forças armadas por vezes não enxergam o potencial positivo que elas podem agregar.

Egnell (2013) propõe dois problemas para a forma que a efetividade militar é medida atualmente: primeiro, frequentemente é tratada como “poder de combate”, e portanto separada de questões políticas, e a segunda diz respeito às teorias clássicas sobre capacidade militar enfatizarem demais fatores físicos como número de tropas e qualidade de equipamento, enquanto fatores mais intangíveis, como a influência do Estado, são minimizados e até ignorados. Recrutamento e treinamento não foram atualizados para refletir o caráter da guerra contemporânea; nesse sentido, como já exposto, entram questões de natureza política e outras formas de uso das forças armadas (como operações de paz, por exemplo).

Egnell (2013) apresenta, então, o impacto positivo das mulheres na esfera militar, afirmando que elas têm o potencial de somar novas capacidades e aumentar a efetividade no geral, tais como: ampliar a capacidade de recolhimento de informações e análise da unidade, ganhar acesso a mulheres locais, desenvolvendo um melhor entendimento das condições e cultura local, assim como melhorando o relacionamento da tropa com a comunidade, o que legitima a unidade.

Além desses potenciais, a dominação masculina das forças armadas é apontada como uma das causas principais de fricções com organizações humanitárias, de modo que as oficiais mulheres seriam capazes de construir pontes com tais organizações, a exemplo das Nações Unidas, que já enfatizou as oficiais como absolutamente necessárias para certas operações de paz⁴¹ (EGNELL, 2013, p. 40). O autor declara, todavia, que primeiro é necessária uma mudança de mentalidade por parte dos comandantes e planejadores para o uso do total potencial das mulheres como parte das forças armadas; outra questão apontada é servir como modelo para outras meninas, as incentivando a buscarem por seus direitos.

Portanto, é perceptível que a teoria feminista acrescenta ao estudo das relações internacionais uma análise sobre o gênero que torna possível a visualização do mundo de uma forma diferente, focada na perspectiva da parcela social dominada, a população feminina; dentro desse estudo, diversas correntes teóricas se subdividem a fim de abranger a demanda de vários tipos de mulheres. Ao especificar a área de estudo sobre participação feminina nas forças

⁴¹ A importância das mulheres nas operações de paz também abarca questões como entrevistas de sobreviventes de violência sexual, apoio no processo de reintegração à vida civil, servindo de mentoras para novas cadetes na academia, falando com mulheres em culturas que as proibem de falarem com homens, entre outras.

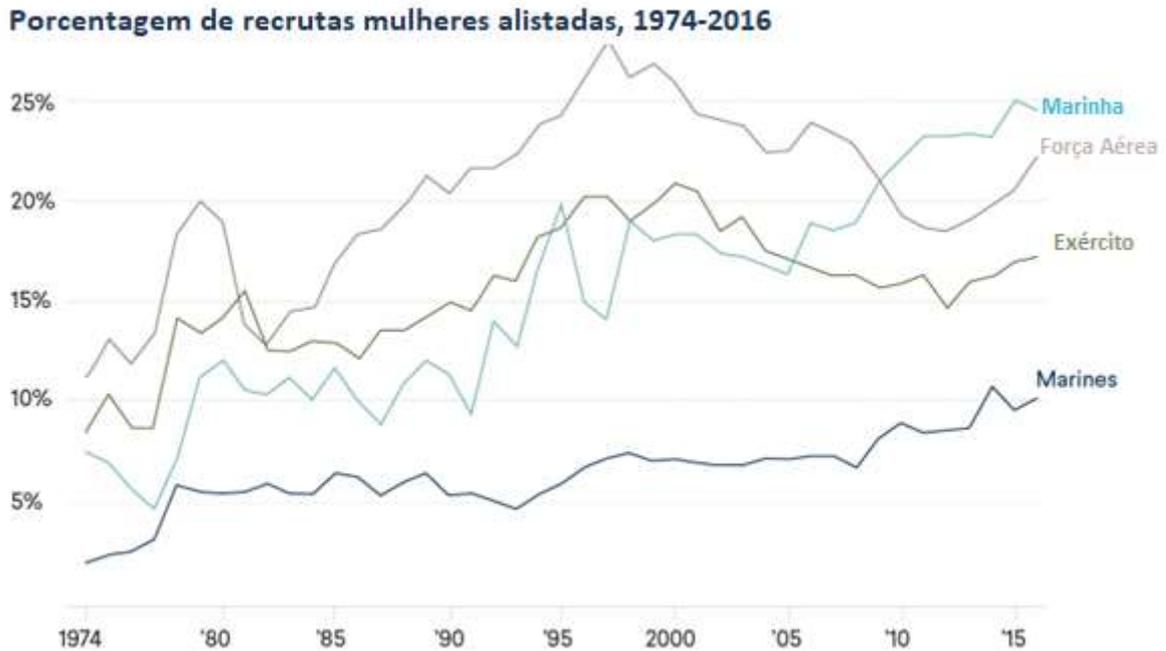
armadas, a maior parte do debate gira em torno tanto das diferenças físicas (relacionadas ao sexo) quanto da ideia construída de características femininas na sociedade (gênero). A maioria das autoras com perspectivas feministas defendem que a integração das mulheres no âmbito das forças armadas é um evento positivo tanto para a sociedade quanto para a efetividade militar, mas essa opinião não é consenso. Seja pela perda um espaço que era inteiramente masculino, pela crença da inferioridade feminina ou pela percepção de um declínio da efetividade militar, também existem diversas opiniões contrárias à integração, majoritariamente -mas não exclusivamente- por parte dos homens. Ambos os lados do debate possuem argumentos válidos, e aparentemente o modo mais eficaz de prosseguir na teoria é questionando se o modelo de treinamento militar atual é o mais efetivo, como proposto por Egnell (2013), enquanto, de forma prática, é necessário um estudo empírico da participação das mulheres nas forças armadas.

3.2: As mulheres nas forças armadas americanas

Como já apresentado no primeiro capítulo deste material, as mulheres americanas começaram a ingressar as forças armadas efetivamente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando se criavam projetos específicos para elas, como o WASP, na Força Aérea, WAVES na Marinha e WAAC no Exército⁴². Reynolds & Shendruk (2018) apontaram que, após a retirada da conscrição militar em 1973, o percentual de mulheres alistadas cresceu de 2% para 16%, enquanto no corpo de oficiais a porcentagem aumentou de 8% para 18%. Historicamente, a maior participação feminina é evidente na Força Aérea, embora nos últimos anos a Marinha também apresente um percentual semelhante; em ambos os serviços, um em cada cinco alistados é mulher (REYNOLDS & SHENDRUK, 2018). O Exército demonstra números mais baixos, embora o Corpo de Fuzileiros Navais apareça como serviço com menor participação feminina durante todo o período histórico analisado, conforme apresentado pelo gráfico abaixo:

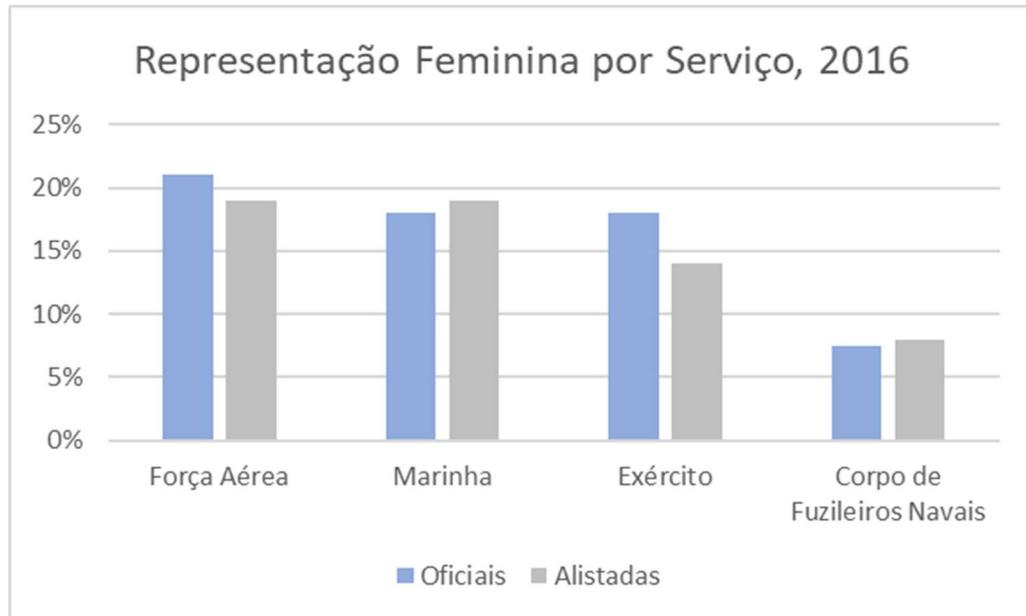
⁴² Para mais informações sobre WASP, WAVES e WAAC, checar primeiro capítulo deste material.

Gráfico 1: Porcentagem de Mulheres Recrutadas Alistadas entre 1974-2016



Fonte: REYNOLDS & SHENDRUK, 2018. *Demographics of the U.S. Military. Council of Foreign Relations.*

Os números de oficiais não são muito diferentes dos valores de alistadas, segundo Reynolds & Shendruk (2018); ao menos no ano de 2016, o componente ativo de mulheres nas forças armadas americanas eram parcialmente bem distribuídos, embora o Corpo de Fuzileiros Navais seja um caso à parte, visto que apresenta números bem mais baixos que todos os outros serviços. Outra análise a ser efetuada é que o Exército e a Força Aérea apresentam mais mulheres atuando como oficiais do que alistadas, enquanto a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais demonstrem o oposto: maior número de alistadas ao invés de oficiais, embora essa diferença seja menos aparente do que os casos dos serviços anteriores, apontando para quase a mesma porcentagem. Essas estatísticas podem ser analisadas pelo gráfico abaixo:

Gráfico 2: Representação Feminina por Serviço em 2016

Fonte: elaborado pela autora com base em REYNOLDS & SHENDRUK, 2018. Demographics of the U.S. Military. *Council of Foreign Relations*.

McKay (2019) aponta como funções dos alistados a participação ou apoio em operações militares, operar, manter e reparar o equipamento, supervisionar o novo pessoal e executar tarefas técnicas e de suporte; o contingente alistado trabalha na administração, especialidade em combate, construção, reparo de equipamentos eletrônicos e elétricos, assistência médica, desenvolvimento de recursos humanos, serviço de suporte, entre outros. Os oficiais também podem servir em diversas áreas, como explana MacKay (2019): planejamento de operações militares, supervisão de funções administrativas pelos oficiais executivos, administrativos e gerenciais, agentes de saúde como médicos, enfermeiros, psicólogos, dentistas e outros, recrutamento, colocação e treinamento por oficiais de desenvolvimento de recursos humanos, serviços de proteção, transporte e logística, além de oficiais que trabalham em sua área de especialidade, como direito, ciências atmosféricas, meteorologia, ciências biológicas, ciências sociais ou outras.

Apesar dos números serem baixos se comparados à população total de mulheres nos Estados Unidos, é preciso manter em mente o que já foi citado previamente: as forças armadas são um ambiente predominantemente (e até algumas décadas atrás, unicamente) masculino. Sendo assim, vinte por cento de sua totalidade (no caso das oficiais da força aérea, como

apontado acima) parece ser um avanço para a parcela feminina. Para melhor compreensão a título de comparação com os números masculinos, pode-se observar o quadro abaixo:

Quadro 1: Quantidade de militares por serviço e status em 2018

Serviço e status	Mulheres	Homens	Total	Porcentagem feminina
Força Aérea				
Alistadas	50.750	207.265	258.015	19,70%
Oficiais	12.835	48.309	61.144	21%
Marinha				
Alistadas	52.159	215.127	267.268	19,50%
Oficiais	10.009	44.105	54.114	18,50%
Exército				
Alistadas	53.643	322.624	376.267	14,20%
Oficiais	15.748	75.353	91.101	17,30%
Corpo de Fuzileiros Navais				
Alistadas	13.933	149.159	163.092	8,50%
Oficiais	1.618	19.717	21.335	7,60%

Fonte: elaborado pela autora com base em *Service Women's Action Network*, 2019⁴³

Ainda que os números sejam expressivos, ao serem comparados ao contingente masculino, as mulheres ainda são uma clara minoria, embora as estatísticas mostrem que crescem ao longo dos anos, de forma geral (ver gráfico 1 deste capítulo). Por outro lado, King (2013) relembra que, apesar dos esforços para integrarem as mulheres desde a década de 1970, elas ainda constituem 15%⁴⁴ das forças armadas, e não parecem que irão crescer significativamente no futuro. Aliás, como o autor menciona, uma parcela feminina de 15% numa força de trabalho não constituiria nem ao menos uma minoria genuína, mas um *token*⁴⁵; esse termo foi utilizado por Kanter (1977) para explicar o papel de minorias numa força de trabalho, bem como as suas repercussões sobre essa parcela.

⁴³ Relatório “Women in the Military: where they stand”, 10ª edição, 2019. Disponível em: <https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2019/04/SWAN-Where-we-stand-2019-0416revised.pdf>. Último acesso em 10/11/2019.

⁴⁴ Dados da época em que ele escreveu, no ano de 2013; segundo o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no ano de 2018 o contingente feminino total era de 16,2%.

⁴⁵ Para mais informações sobre o termo e a pesquisa da autora, checar em KANTER, Rosabeth M. **Men and Women of the Corporation**, 1977.

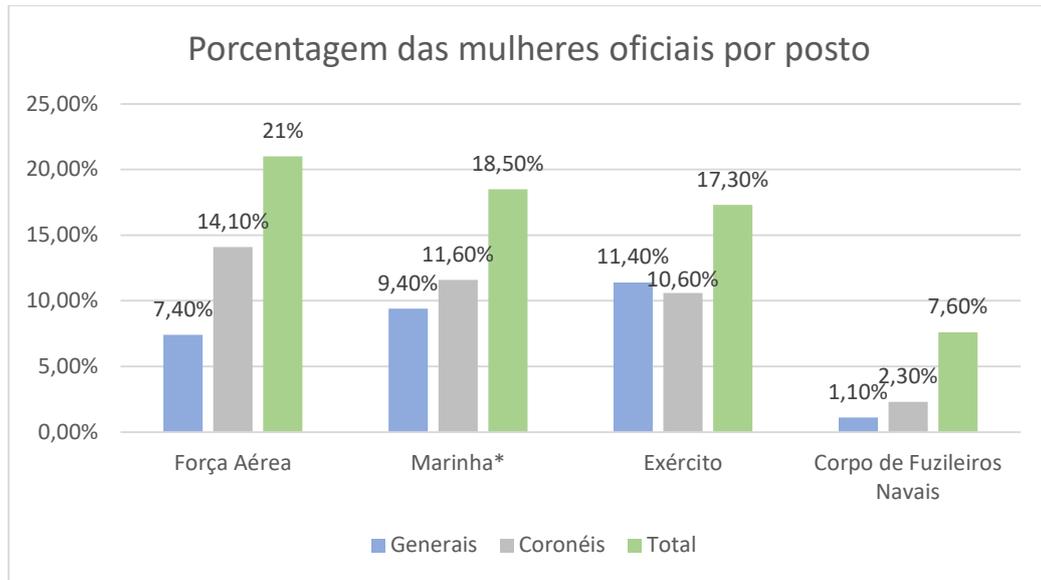
Ao se analisar os números atuais, não se observa grande diferença: segundo dados de 2019⁴⁶, 65.076 mulheres integram a Força Aérea (aproximadamente 20 a cada 100 militares desse serviço), 70.713 integram o Exército (aproximadamente 15 em 100), 15.999 fazem parte do Corpo de Fuzileiros Navais (aproximadamente 9%, o mais baixo de todos os serviços) e 63.999 mulheres estão presentes na Marinha (quase 20 de cada 100). Dentro desses dados, as três carreiras mais comuns entre as mulheres alistadas são de administração e suporte funcional, especialistas em saúde e manipuladores de suprimentos e serviços; já para as oficiais femininas, os trabalhos mais recorrentes são oficiais de cuidado com a saúde, oficiais de operação tática e administradoras. Esses dados apontam para outra preocupação das teóricas feministas, mais especificamente, os postos das mulheres que conseguem integrar às forças armadas; como já visto anteriormente, junto com a possibilidade de alistarem-se no exército, as mulheres passaram por certos percalços legais que as impediam de alcançar alguns postos e tarefas. Com o anúncio do então secretário da Defesa, Leon Panetta⁴⁷, em 2013, todas as barreiras legais (em teoria) são retiradas, acabando com a discriminação legal que as mulheres enfrentavam e podendo, então, ocuparem qualquer cargo e posto que um homem -em especial, podendo atuar em conflito direto.

A respeito das restrições legais acima citadas, é importante notar que elas foram derrubadas, em especial, na década de 1990, após a participação feminina ativa na Guerra do Golfo (1990-1991), a exemplo de: em 1991 cai a lei federal que baniu as mulheres de servirem em aeronaves de combate para missões de conflito, em 1993 o então secretário da defesa ordena que todos os serviços de aviação de combate sejam abertos às mulheres, em 1994 o Congresso abre vários navios de combate para a parcela feminina, em 1998 aviadoras americanas voam e tripulam aviões de combate em missões de combate pela primeira vez (*Operation Desert Fox*, Iraque) e em 1999 a Marinha abre navios para Caçadores de Minas Costeiras e Contra-Medidas para mulheres (SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK, 2019).⁴⁸

⁴⁶ Obtidos no Departamento de Defesa dos Estado Unidos. Disponível em: https://diversity.defense.gov/Portals/51/Documents/Demographics_Info/Demographic%20Portrait%20of%20Active%20Duty%20and%20DoD%20GS%20Civilian%20Women_2019.pdf?ver=2019-02-27-125616-220

⁴⁷ Para ler um exemplo de notícia, acessar: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/pentagono-autoriza-mulheres-na-frente-de-combate-nos-eua.html>. Acesso em: 11/11/2019

⁴⁸ Importante notar que esses são apenas exemplos da linha histórica de conquistas femininas militares ao longo dos anos. Para mais informações ou a linha histórica até 2019, checar <https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2019/04/SWAN-Where-we-stand-2019-0416revised.pdf>

Gráfico 3: Porcentagem das mulheres oficiais por postos

49

Fonte: elaborado pela autora com base em *Service Women's Action Network*, 2019.

Como pode ser visto no gráfico acima, o quantitativo de mulheres oficiais ainda é baixo, onde a Força Aérea, que possui maior contingente de oficiais femininas, constitui pouco mais de 20%. É um pouco preocupante perceber, por exemplo, que nos casos da Força Aérea e do Corpo de Fuzileiros Navais, as mulheres que ocupam a patente mais alta -gerais- são apenas metade do percentual de coronéis, além do fato dos números de oficiais (assim como números femininos no geral, como apontado nos outros gráficos e tabelas) serem muito baixos no Corpo de Fuzileiros Navais. Isso pode ser observado em razão dos altos padrões físicos e de treinamento apresentados pelos *Marines*⁵⁰. Ainda a respeito deles, o *Service Women's Action Network* (2019) aponta duas políticas que estão dificultando o processo de integração das mulheres em combate direto, ambas relacionadas ao Corpo de Fuzileiros Navais: a política “líderes primeiro”, presente no Exército e no Corpo de Fuzileiros Navais, que exige a designação de duas mulheres oficiais para uma unidade antes que mulheres possam alistar-se nela⁵¹ e a contínua segregação de homens e mulheres alistados durante recrutamento e

⁴⁹ *A Marinha dos Estados Unidos não utiliza as patentes “general” e “coronel”, ao contrário das outras forças armadas. Em seu caso específico, general é substituído por “oficiais de bandeira”, podendo ser almirante, vice-almirante ou contra-almirante, enquanto coronel é substituído por “capitão”. Para melhor entendimento da tabela (e para não poluí-la com muita informação), foi deixado apenas um termo.

⁵⁰ *Marines* é o termo oficial, enquanto a tradução em português para o serviço é Corpo de Fuzileiros Navais, levando à errônea percepção de que eles poderiam estar submetidos à Marinha, quando na realidade são um serviço à parte das forças armadas americanas.

⁵¹ *Service Women's Action Network* (2019) aponta que essa política tem um impacto particular nas unidades de infantaria da Guarda Nacional, porque a maioria dos estados ainda não possui mulheres oficiais de infantaria em suas unidades da Guarda.

treinamento dos *Marines* -isso, como será visto mais a frente, acaba sendo prejudicial à integração feminina nas forças armadas americanas.

Outro fator interessante a ser destacado pela análise do gráfico supracitado é um evento ocorrido apenas no Exército: as mulheres oficiais ocupam mais os cargos de hierarquia mais alta, sendo generais, do que coronéis. *Service Women's Action Network* (2019) afirma que a completa integração das mulheres em todas as áreas de combate direto e para hierarquia mais elevadas é um processo de décadas que já está a caminho, mas sendo impedido, por exemplo, pelas duas políticas supracitadas. O relatório também aponta para outra questão importante a ser analisada: a crescente antiguidade que as mulheres vêm alcançando. Em outras palavras, estão conseguindo manter-se nas forças armadas e crescer em sua hierarquia; na década de 1980, havia menos de 2% de mulheres como coronéis e capitãs (no caso da Marinha), número que cresceu em todos os serviços, embora nos *Marines* tenha sido um crescimento muito pequeno. Outro ponto apresentado é o aumento de oficiais femininas servindo em ocupações de combate (*SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK*, 2019).

Outra importante questão diz respeito às mulheres veteranas; segundo *Service Women's Action Network* (2019), elas diferem dos homens em duas questões mais aparentes: a média de idade da mulher veterana é mais nova do que dos homens (ver quadro 2) e elas são mais prováveis de participarem de um grupo minoritário (étnico, por exemplo). A respeito das veteranas, algo que se faz imprescindível analisar é o tratamento reservado a elas, visto que em 1983 o Congresso americano estabeleceu a Secretaria de Grupos Consultivos em Assuntos Veteranos de Mulheres Veteranas⁵² e, pelas duas décadas seguintes, observou um crescimento de parte da população veterana que agia para assegurar que as mulheres recebessem o mesmo cuidado e benefícios que os homens recebem quando veteranos. Em razão disso, o Congresso mandou um estudo de qualidade de tratamento ser feito em 2008 nas instalações da Administração Veterana, descobrindo que, em um terço das instalações, as mulheres veteranas recebiam cuidados de qualidade inferior ao dos homens (*SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK*, 2019). Em estudo realizado pela *Service Women's Action Network* (2018)⁵³ onde mais de 60% das participantes eram veteranas e mais 22% eram aposentadas, mais de 60% das entrevistadas apontaram que o serviço militar impactou negativamente seu bem-estar mental, enquanto mais de 66% se sente negativamente impactada de seu bem-estar físico. Esses

⁵² Tradução Livre. Em seu original: Secretary of Veterans Affairs Advisory Groups on Women Veterans.

⁵³ Estudo disponível em: <https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2018/02/2018-Annual-Summit-Report-Final.compressed.pdf>. Acesso em 11/11/2019.

dados ajudam a entender a importância que tem o cuidado e tratamento garantido aos veteranos, razão pela qual não se pode fazer um trabalho de qualidade inferior, ainda por cima se considerar os dados apresentados pela pesquisa da Divisão de Neurociências Clínicas da Administração Veterana, no qual o cérebro feminino tende a esgotar a serotonina (substância que ajuda no combate à depressão) mais rapidamente, assim como produzi-la mais devagar (SHERROW, 2007, p. 34), explicando o porquê dados da década de 1990 demonstrarem que as mulheres veteranas apresentam casos mais recorrentes e mais graves de estresse pós-traumático (*post-traumatic stress disorder* -PTSD)⁵⁴. Estes dados também são expostos pela *Service Women's Action Network* (2018), já citado acima, onde mais de 60% das entrevistadas apresentam algum tipo de desordem depressiva diagnosticada por um profissional da saúde, bem como mais de 51% revela ter sido diagnosticada com algum grau de estresse pós-traumático.

Quadro 2: Quantidade e Porcentagem de Veteranos por Gênero e Idade (2019)

	Mulheres		Homens	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Abaixo de 45 anos	767.000	37,80%	3.404.000	18,50%
Entre 45 - 64 anos	878.000	43,90%	5.911.000	32,10%
Acima de 65 anos	365.000	18,20%	9.072.000	49,30%
Total	2.000.000	9,80%	18.388.000	90,20%

Fonte: elaborado pela autora com base em *SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK*, 2019.

Como observado pela tabela acima, os homens são grande maioria dos veteranos, o que é compreensível ao considerar que eles também são a grande maioria do contingente das forças armadas. No entanto, é interessante averiguar que as mulheres, como apontado anteriormente, tornam-se veteranas mais novas que os homens, sendo a maior porcentagem delas até os 64 anos, enquanto a maioria dos homens estão na classificação acima de 65 anos.

Outras estatísticas do *Pew Research Center* (2011)⁵⁵ apontam que as mulheres veteranas têm tanta dificuldade quanto os homens veteranos ao retornarem, apresentando traumas emocionais ou experiências estressantes enquanto serviam – 47% das mulheres e 42% dos homens – assim como têm dificuldades semelhantes ao retornarem à vida civil, a porcentagem

⁵⁴ Para mais informações, checar segundo capítulo deste material ou SHERROW, Victoria. **Women in the Military (point and counterpoint)**, 2007.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.pewsocialtrends.org/2011/12/22/women-in-the-u-s-military-growing-share-distinctive-profile/>. Acesso em 11/11/2019.

entre homens e mulheres sendo praticamente iguais, 45% e 43%, respectivamente. Entre as maiores dificuldades apresentadas, 50% das entrevistadas apontaram tensões familiares ao retornarem, 45% sentiram raiva ou irritabilidade com frequência e 42% sofreram de estresse pós-traumático. Por outro lado, é importante também explicar que 97% das mulheres entrevistadas e 96% dos homens sentem-se orgulhosos de seu serviço; ainda assim, a pesquisa também aponta que as mulheres veteranas tendem a ter uma visão crítica sobre as guerras maior do que a dos homens – 63% das mulheres e 47% dos homens acreditam que o Iraque não compensou a luta, enquanto 54% da parcela feminina e 39% da masculina acham que o Afeganistão não valeu a guerra.

Com essa ciência, pode-se perceber que as mulheres militares ainda enfrentam, até os dias de hoje, certas dificuldades para serem aceitas dentro do âmbito militar e, para o escopo deste trabalho, torna-se imprescindível a exposição dos obstáculos que elas afrontam. Sendo assim, a seção seguinte aponta algumas adversidades perante a integração feminina nas forças armadas americanas que aparecem com certa frequência durante a análise documental realizada para esse estudo.

3.3: Obstáculos na integração feminina

Defense Advisory Committee on Women in the Services (2017) elaborou um relatório⁵⁶ sobre integração feminina nas forças armadas e destacou a existência de lacunas na comunicação que acabam por criar percepções errôneas e persistentes sobre a integração das mulheres nas forças armadas. Durante a pesquisa, foi demonstrado que um grande número de participantes não estavam informados a respeito dos planos de integração de gênero dos próprios serviços, sendo preciso se basearem em informações midiáticas, rumores e relatórios potencialmente tendenciosos. Com isso em mente, a maioria dos grupos focais afirmaram que as primeiras impressões sobre a integração foram negativas; os participantes ouviram as notícias primeiro por mídias sociais ao invés de fontes militares, alguns indicando que seus serviços não discutiram nada a respeito com eles (*DEFENSE ADVISORY COMMITTEE ON WOMEN IN THE SERVICES*, 2017).

Alguns grupos focais da pesquisa apontaram que a atenção destinada às primeiras mulheres que foram integradas com sucesso foi tão destrutiva quanto se não tivesse atenção

56

Disponível

em:

https://dacowits.defense.gov/Portals/48/Documents/Reports/2017/Annual%20Report/DACOWITS%202017%20Annual%20Report_FINAL.PDF?ver=2018-02-28-222504-937. Acesso em 11/11/2019.

alguma (*DEFENSE ADVISORY COMMITTEE ON WOMEN IN THE SERVICES*, 2017). Isso indica a transformação dessas mulheres, especialmente as primeiras, em símbolos, ou, como Kanter (1977) observou em sua teoria sobre participação feminina em espaços onde são minoria, em *tokens*⁵⁷, trazendo com isso alguns dos pontos negativos que a autora observou, bem como foram apresentadas no estudo empírico de Carreiras (2008), como pressões em suas performances, resultado da visibilidade excessiva, que acaba por gerar uma situação de diferentes pesos e medidas -se a mulher é positivamente avaliada, seu sucesso é considerado individual, enquanto se for negativamente avaliada, o fracasso é associado a toda a parcela feminina.

Outro efeito negativo do tokenismo de Kanter que Carreiras⁵⁸ (2008) aponta é um mecanismo chamado contraste, um exagero de diferenças entre a parcela minoritária (feminina) e majoritária (masculina); uma das consequências produzida por esse efeito é o isolamento social e exclusão de redes informais, o que faz com que as mulheres sintam-se sozinhas e excluídas do grupo. Nesse processo, a parcela majoritária acaba enfatizando o comportamento comum do time, que, no caso dos homens militares, costuma ser a agressividade e potência (CARREIRAS, 2008). Um ponto interessante que Carreiras (2008) identifica nas entrevistas é que, apesar da entrada feminina ser vista negativamente em ambientes de operações especiais, cujo comportamento tipicamente masculino (a agressividade e potência acima mencionados) é valorizado, em ambientes menos extremos a entrada das mulheres é, por vezes, vista como relaxante, gerando uma moderação de linguagem e comportamento, mudando a mentalidade e atmosfera do esquadrão.

A terceira consequência mais aparente no tokenismo que Carreira (2008) identificou nas entrevistas foi o encapsulamento de função⁵⁹, em outras palavras, a distorção das características das mulheres para se encaixarem nos estereótipos existentes. A ambiguidade entre ser mulher e ser soldado parece ser uma referência permanente que os militares identificam, o que leva às mulheres a precisarem provar-se em ambos os papéis: não podem ser “femininas demais” por causa do ambiente militar, mas também não podem fugir muito das normas apropriadas a seu

⁵⁷ Referente à teoria criada por Rosabeth M. Kanter, na qual as mulheres, quando em minoria em um ambiente majoritariamente masculino, transformam-se em *tokens*, ou símbolos, apresentando pontos negativos que fazem-se pertinentes a este trabalho. Para mais informações, checar KANTER, Rosabeth M., **Men and Women of the Corporation**, 1977.

⁵⁸ A pesquisa e entrevista de Carreiras não foi feita com militares americanas, mas foi usada nesse trabalho para apontar problemas aparentes de forma recorrente em mulheres militares de modo geral. O intuito foi apresentar alguns problemas para a integração das mulheres em forças armadas, não apenas dos Estados Unidos, mas obstáculos que poderiam ser vistos em qualquer militar.

⁵⁹ Tradução livre, no original: *role encapsulation*.

gênero, as vezes sendo chamadas atenção por causa de sua aparência⁶⁰. Além do ambiente militar gerar certo controle sobre o comportamento feminino, outro fenômeno que Carreiras (2008) aponta é o controle da sexualidade das mulheres.

King (2013) é outro a afirmar que a sexualidade é um problema, pois além da ideia de que afeta a coesão da unidade, visto que os homens começariam a se enfrentar pela atenção feminina, existe também uma ideia de medidas diferentes sobre a sexualidade dos gêneros. Tanto as militares americanas quanto as canadenses identificaram a fraternização como extremamente perigosa, apontando que não importa quão competente a mulher seja, se ela “dormir por aí”⁶¹, vai não apenas arruinar sua reputação, mas de toda a parcela feminina, o que as obriga a abdicar de qualquer contato sexual dentro de sua unidade e, por vezes, até amizade com militares homens porque poderia ser interpretado de forma errônea.

O problema que King (2013) aponta é que os homens não são tratados da mesma forma: eles podem ter relações sexuais com outras militares e, portanto, serem igualmente responsáveis pela quebra de coesão da unidade, sem que percam sua reputação. Além das medidas diferenciadas entre os gêneros, quando se fala sobre a sexualidade feminina, King (2013) ainda indica outra questão problemática no que tange a fraternização, que são as regras civis de gênero entrando na esfera militar apenas para a parcela feminina. Em outras palavras, ela seria retirada informalmente de seu status profissional, sendo mais uma vez classificada apenas como “mulher”, não sendo tratada como militar, colega e muito menos comandante. Em razão disso, King (2013) identifica a cultura masculinizada das forças armadas como um impedimento estrutural para a integração feminina, concluindo que, por causa das presunções sexuais masculinas, talvez nunca seja possível tratar as mulheres militares como iguais.

Essa estrutura masculinizada acaba gerando também formas mais agressivas de discriminação, como assédio de gênero e assédio sexual, por exemplo. Segel (1999) distingue as duas formas de assédio, assim como outros autores antes dela, apontando que assédio de gênero provém do desrespeito em razão do gênero, incluindo resistir à autoridade feminina, observar constante e criticamente as mulheres e usar seus erros como evidência da inferioridade feminina, fofoca, rumores, sabotagem do trabalho e equipamento das militares e até ameaças indiretas. Já o assédio sexual pode ser dividido em duas categorias para melhor exemplificação, segundo Firestone & Harris (1994): assédio individual, incluindo tentativa ou de fato estupro,

⁶⁰ Entre as entrevistas de Carreira (2008), pode-se achar frases ditas às militares como “você precisa raspar as pernas”, “mulheres não podem raspar a cabeça completamente” e “você deve se comportar como mulher”.

⁶¹ Retirado da entrevista de KING, 2013.

ataque, pressão para encontros ou favores sexuais, acuar ou tocar sexualmente, cartas e ligações com teor sexual, entre outros, e assédio ambiental⁶² que incluem brincadeiras e piadas sexuais, olhares e gestos sugestivos, assovios, ligações e buzinas de teor sexual, todos mais generalizados, diferenciando da individualização da primeira categoria.

O assédio sexual é um dos maiores problemas averiguados a respeito da integração feminina nas forças armadas, parte do problema pode decorrer da histórica ligação dos estupro como armas de guerra (ver capítulo 1 deste material), do tradicional papel de gênero das mulheres (ver capítulo 2 deste material) e também da mentalidade masculinizada e a necessidade de reafirmação da masculinidade sugerida por King (2013). *Service Women's Action Network* (2019) reafirmam que mulheres e homens lidam com assédio sexual em todas as eras, embora o Departamento de Defesa americano só tenha começado a reconhecer a questão como problema no fim da década de 1970 e, mesmo então, não perceberam a necessidade do combate ao assédio até o escândalo Tailhook⁶³ em 1991. Ainda assim, apesar dos esforços do Departamento de Defesa para eliminar o problema, assédio e ataques sexuais continuam uma realidade. Wadham (2017) aponta que os países anglófonos como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália estão se engajando numa “mudança cultural” de suas forças armadas, tentando assim lidar com as questões de violência dentro do âmbito militar; por violência o autor enfatiza que fala sobre a violência ilegítima, associada ao abuso físico, sexual, ataques e estupro, diferentemente da violência considerada legítima e licenciada perpetuada pelas forças armadas, associada à proteção do Estado. Wadham (2017) acrescenta, ainda, que a violência dentro da esfera militar não é novidade, mas sua representação e forma de lidar são, o que enfatiza a importância de políticas capazes de administrar o problema.

Firestone & Harris (1994) apontam alguns elementos importantes ao analisar o assédio sexual, dos quais grande parte dos autores concordam: assédio sexual de mulheres em seus ambientes de trabalho é bem difundido, homens também são vítimas, apesar de serem em menor número, o assédio sexual tem consequências severas tanto individualmente quanto

⁶² Tradução livre, no original: *environment harassment*. Pode também ser traduzido para assédio de ambiente.

⁶³ Um escândalo durante a Convenção da Associação Tailhook da Marinha em 1991, onde alguns homens apresentaram camisetas e posters indicando que as mulheres “são propriedades” e estavam lá para servi-los. Nesse encontro, 83 mulheres e 7 homens foram vítimas de assédio e ataques sexuais, vários participantes apontando que certos oficiais estavam cientes dos ataques, mas não fizeram nada para impedir. Esse escândalo gerou investigações e protestos, servindo de estopim para que o Departamento de Defesa prestasse mais atenção ao problema do assédio. Para mais informações, checar SHIELDS, Patricia M. *The Mother of All Hooks: The Story of the U.S. Navy's Tailhook Scandal*, 1998.

organizacionalmente e, finalmente, as políticas existentes contra o assédio sexual faltam consistência e esforço. Entre os entrevistados, foi demonstrado por Firestone & Harris (1994) que tanto a maioria dos homens (51,8%) quanto a maioria das mulheres (74,6%) têm ciência da extensão de assédios sexuais em seus serviços, ou por serem a vítima, ou por conhecerem alguém que seja. Achado igualmente importante da pesquisa foi que, mesmo sendo o serviço com menor incidência de assédio e ambiente hostil, a Força Aérea ainda assim apresentou 67,8% das mulheres com conhecimento de assédios e 65,5% responderam ser um ambiente hostil, o que leva à conclusão de que, em todos os serviços das forças armadas americanas, mais da metade das mulheres sentem-se em ambiente hostil e com possibilidade de assédio sexual.

Firestone & Harris (1994) apresentam ainda as formas mais comuns de assédio, como provocações e piadas sexuais (13,4% para homens e 58,3% para mulheres), olhares e gestos sexuais (10,3% para homens e 49,1% para mulheres), acunhamento e toques sexuais, assim como assovios, buzinas e ligações foram recorrentes em mais de 40% das mulheres e, enquanto uma a cada seis mulheres são pressionadas por favores sexuais, recebendo cartas ou ligações, apenas 3% dos homens são acometidos pelos mesmos. Ademais, a pesquisa demonstrou que mais de 73% de mulheres e 18% de homens sofreram de assédio sexual no período de 12 meses, sendo mais comum entre colegas de trabalho de mesmo nível hierárquico. Firestone & Harris (1994) concluem ainda que o período do fim da década de 1980 e início da década de 1990 garantiu uma importante mudança na mentalidade militar e em seu posicionamento perante o assédio sexual, passando de uma ação endêmica da esfera militar para um comportamento inaceitável.

Em pesquisa com grupos focais, *Service Women's Action Network* (2018) identificou que três das quatro causas mais respondidas sobre impacto negativo na saúde mental das veteranas são praticamente relacionadas ao gênero, sendo elas: trauma ou abuso sexual, assédio sexual e machismo ou discriminação de gênero. Ainda assim, é importante ressaltar que muitas vezes – assim como na sociedade civil – as vítimas de assédio e estupro não reportam o crime, seja por vergonha, medo de retaliação ou qualquer outro motivo. Outro fenômeno interessante de se avaliar a respeito disso é o chamado paradoxo da discriminação apontado por Carreiras (2008), consistindo em quando as mulheres militares eram perguntadas especificamente sobre resistência masculina à integração, muitas responderam que nunca sofreram individualmente, mas conheciam casos de discriminação explícita.

No entanto, Carreiras (2008) indica que, no decorrer da entrevista, as mesmas mulheres reconheciam obstáculos e dificuldades de aceitação das mulheres em geral e de forma individualizada; a autora então pondera que essa hesitação em falar sobre discriminação e a aparente contradição dessas mulheres pode ser proveniente de dois processos interrelacionados, onde por um lado há a necessidade de evitar uma imagem negativa sobre o processo de integração e, por outro, a reinterpretção desses problemas como dificuldades, e não discriminação, que serve para criar uma imagem institucional positiva. O diagnóstico de discriminação, aponta Carreiras (2008), soa como dissidência e pode prejudicar as chances de a parcela feminina ser aceita no contexto militar, além de servir para colocá-las em um indesejado papel de vítima.

A noção de que essas mulheres estariam se colocando no papel de vítima nasce a partir da percepção dos homens, de forma generalizada, de que elas estariam entrando nas forças armadas por critérios mais brandos – uma discussão existente desde o início da integração (vide capítulo 2 deste material). Segel (1999) aponta a inequidade como componente importante nas relações de gênero dentro do contexto militar, apesar de não ficar claro para a autora se essas percepções são a causa ou o resultado das atitudes machistas; no entanto, a inequidade reforça a natureza de testes físicos, designados para homens, o que leva os militares (inclusive mulheres) a julgarem a partir desses padrões. King (2015) alerta, todavia, que apesar de algumas teóricas feministas defenderem uma leniência nos padrões físicos, buscando a equidade como forma de integrar as mulheres às forças armadas, juntamente com a argumentação de que, com a era digital, a guerra se torna menos física, os padrões altos devem ser mantidos, ainda que isso “dificulte” a participação feminina:

“War remains a brutal struggle of wills, as the conflicts in Syria, Iraq and Ukraine demonstrate. No matter how good their equipment, the combat effectiveness of NATO ground forces will finally rely on the fortitude and raw physical endurance of its troops. Successful female integration cannot compromise that combat effectiveness. Accordingly, in order to maintain combat effectiveness, while the validity of certain selection tests should certainly be reviewed periodically, it is imperative that physical standards are sustained as an entry requirement into the combat arms.”⁶⁴ (KING, 2015, p. 24)

⁶⁴ Tradução livre: A guerra continua sendo uma brutal luta de vontades, como demonstram os conflitos na Síria, Iraque e Ucrânia. Não importa quão bons sejam seus equipamentos, a eficácia em combate das forças terrestres da OTAN dependerá finalmente da força e resistência física bruta de suas tropas. O sucesso da integração feminina não pode comprometer essa eficácia de combate. Assim, para manter a eficácia do combate, embora a validade de certos testes de seleção deva certamente ser revisada periodicamente, é imperativo que os padrões físicos sejam mantidos como requisito de entrada nas armas de combate.

King (2015) também afirma que parte das análises anteriormente citadas são válidas, e concorda que certas seleções devem ser revisadas periodicamente, no entanto, o autor assegura que a integração feminina em posições de combate deve ser feita por meio da igualdade, não da equidade. Assim sendo, acrescenta ainda que, em forças armadas profissionais, os militares devem poder confiar nas capacidades de treinamento um do outro, criando uma coesão muito além de etnicidade, masculinidade ou patriotismo, mas a ascensão de uma coesão militar baseada no profissionalismo, bem como Haring (2013) enfatiza ao dizer que a coesão não tem a ver com traços em comum, mas com objetivos coletivos. King (2013) coloca que, como outras minorias antes delas (afrodescendentes e LGBTs), as mulheres precisam provar sua competência para serem totalmente aceitas como parceiras.

Na mesma percepção, Carreiras (2008) aponta que as oficiais de seu estudo apresentam maior ressentimento no que tange a existência de discriminação “positiva” do que a negativa; ou seja, a existência de políticas, regras ou padrões específicos para as mulheres, bem como o tratamento “paternal” e protecionista por parte dos homens. Essas discriminações visando uma equidade e, portanto, melhor integração, acaba prejudicando as mulheres pois são vistas como negativas, desiguais e injustas, gerando rejeição e atitudes machistas. Carreiras (2008) também indica que outras mulheres costumam ser críticas sobre as que aceitam favores e benefícios, assim como estão sempre em um dilema, pois aceitar a “proteção” é aceitar ser diferente e gerar rejeição dos colegas homens, enquanto que não aceitar por vezes acaba significando confrontar autoridade masculina e mandar uma mensagem de presunção e excessiva rigidez. Isso pode ser a razão pela qual Segel (1999) afirma que as militares geralmente não se consideram feministas, embora sejam; parte disso ocorre, coloca a autora, pela visão masculina dominante de que feminismo, assim como feminino, é antiético para o contexto militar. *Defense Advisory Committee on Women in the Services* (2017) explana que os grupos focais indicaram uma percepção errônea que perdura com muitos membros militares de que os padrões foram abaixados para a integração feminina, demonstrando que parte da rejeição masculina poderia ser reduzida apenas com uma melhor comunicação entre os serviços militares.

Com isso em mente, a melhor forma de sintetizar a resistência à integração das mulheres nas forças armadas parece ser o que King (2013) aponta como cultura masculinizada das forças armadas, já citado no decorrer desse trabalho. Dessa percepção surgem obstáculos maiores não apenas para a integração, mas para o bem-estar físico e mental das militares, como os assédios,

estupros e falta de cuidado ao voltarem à sociedade como veteranas. Se elas, uma vez dentro das forças armadas, forem respeitadas e aceitas como parte da unidade, podem prover uma contribuição vital para a tomada de decisão, bem como pensamento crítico e criativo, como Haring (2013) demonstra em pesquisa, apontando que há melhora de inteligência coletiva, coesão, sucesso organizacional e diversidade assim que há entrada das mulheres.

A questão não parece mais orbitar em torno de se as mulheres devem ser integradas a todos os ramos das forças armadas, visto que elas já participam, ainda que de forma minoritária; o debate futuro deveria questionar de que modo a integração pode ser vista como positiva e agregar à eficiência do aparato militar americano. Apenas com uma mudança da mentalidade masculinizada pode-se alcançar o objetivo da total integração, havendo igualdade entre os gêneros, visto que as pesquisas e dados apontados neste trabalho indicam ser esta a melhor forma para integrá-las; a chave para essa mudança cultural, afirma King (2015), está na liderança. Uma vez que exista essa transformação, lentamente é esperado que problemas como falta de respeito, assédio, estupro, traumas, cuidado relapso, entre outros, possam desaparecer. Até então, as pesquisas demonstram a necessidade de políticas efetivas para o combate de problemas como os supracitados, de forma a melhorar o ambiente militar não apenas para as mulheres, mas de forma geral; essas medidas, evidentemente, devem almejar serem paliativas enquanto a instituição militar não apresente uma mudança cultural para compreender que esse é, também, um ambiente feminino.

Considerações Finais

Esse estudo procurou demonstrar se e como ocorreu a integração das mulheres nas forças armadas americanas e, como apresentado no decorrer do trabalho, embora os espaços público e, em especial, o âmbito militar, sejam voltados para a população masculina, são perceptíveis várias participações femininas em conflitos ao longo dos anos na história, independente da época, região geográfica e sociedade. Isso indica que é um fenômeno recorrente, apesar de não ser aceito pelos pensamentos vigentes em relação ao papel que as mulheres desempenhavam -e, em certa medida, desempenham- na sociedade. Nem sempre essas mulheres participavam de conflitos demonstrando que eram mulheres; por vezes o faziam vestidas de homens, como algumas mulheres da Revolução Americana (1776) ou Joana D'Arc, embora tenha ficado bem conhecida e seu gênero era sabido. Também foram apresentadas mulheres que participaram como apoio logístico, como soldadas pegando as armas de seus maridos mortos em batalha, enfermeiras, médicas, entre outros.

Apenas no século XX durante as guerras mundiais houve a abertura para a possibilidade de as mulheres integrarem às forças armadas como militares, recebendo o status, benefícios e desafios vindos com o trabalho. No entanto, como foi apresentado, essa abertura decorreu da baixa de homens durante as guerras, fazendo com que a necessidade se tornasse mais urgente do que os papéis de gênero da época e, embora tenha sido importante para que as mulheres integrassem no mercado de trabalho de forma mais ampla, ainda eram alvo de preconceito e menores direitos e salários. Com o passar dos anos, os projetos de integração feminina foram se tornando permanentes à medida em que elas se provavam competentes para o trabalho militar, até sua participação massiva nos conflitos da Guerra do Golfo (1990-1991), quando o debate acerca da atividade feminina em conflitos diretos foi modificado, visto que as circunstâncias já demonstravam que as mulheres eram capazes de aguentar cenários extremos, captura, tortura e morte.

Parte do debate migrou, então, para se a integração seria prejudicial à chamada eficiência militar; juntamente com isso, surgiram acusações de que as mulheres não aguentavam os padrões físicos, distraíam os homens de seus serviços e atrapalhavam a coesão da unidade. King (2013) aponta que os padrões físicos e a sexualidade sempre serão um problema; por um lado, embora os conflitos estejam mudando de acordo com a evolução tecnológica, o autor afirma que o contingente físico sempre será necessário, de forma que as mulheres devem ser integradas pelos mesmo padrões físicos dos homens, mesmo que isso signifique ter pouca

participação feminina em algumas unidades. Ainda assim, King (2013) e Egnell (2013) apontam a necessidade de revisão dos padrões de tempos em tempos, visto que a tecnologia de fato modifica a perspectiva da guerra.

Outra questão apontada, a sexualidade, também surge como obstáculo, porque algumas pesquisas indicam que os homens podem de fato tender a competir entre si pela atenção feminina, quebrando a coesão dentro da unidade. Por outro lado, alguns relatos do Afeganistão mostram que, quando os militares passam por situações extremas e vivem com a proximidade relatada, acabam por criar uma coesão de caráter familiar, considerando as mulheres da unidade como irmãs. Uma solução disso seria apresentada pela ascensão de uma ética militar baseada no profissionalismo, de forma que o respeito entre os militares e objetivos comuns seriam o vínculo para a coesão. Ademais, várias pesquisas (EGNELL 2013; COHN 2000; HARING 2013) apontam que as mulheres podem trazer benefícios à eficiência militar, precisando-se apenas lidar com os obstáculos mais aparentes quanto à integração delas.

Como exposto, o respeito (ou a falta dele) é um dos problemas que as mulheres enfrentam ao adentrar a esfera militar, sendo facilitado caso entrem em padrões iguais aos masculinos, renunciando à chamada discriminação positiva (políticas específicas para o gênero feminino). Isso parece ser consequência do que King (2013) chama de cultura masculinizada da instituição militar, só podendo acabar de fato quando houver uma mudança de mentalidade, o que o autor aponta que só é possível com liderança forte. Outros grandes obstáculos enfrentados pelas mulheres que prejudicam a integração feminina nas forças armadas americanas e que podem ser vistos como consequência da supracitada mentalidade masculinizada diz respeito ao assédio sexual e de gênero. Segel (1999) difere os dois ao indicar que assédio de gênero parte de uma discriminação por ser mulher, exemplificado por desprezar uma autoridade feminina, observar constantemente e criticar exacerbadamente as mulheres, entre os outros. O assédio sexual, por outro lado, constitui-se de estupro, toques indesejados, pressões para favores de teor sexual, assim como piadas e brincadeiras generalizadas de teor sexual.

Embora a atenção dos militares e do Congresso americano só tenham se voltado para casos de assédio depois do escândalo de Tailhook, estes são comuns dentro do ambiente da guerra desde épocas imemoriais, e continua com números absurdos dentro das forças armadas americanas mesmo depois das investigações de Tailhook e da implementação de políticas anti assédio. Ou ponto debatido nesse material diz respeito ao tratamento concedido às veteranas

que, segundo pesquisas, é inferior ao dos homens em um terço das instalações ambulatoriais militares, mesmo que o material aponte que as mulheres sofrem tanto quanto -ou mais- de transtornos depressivos e pós-traumáticos que os homens, de forma que deveriam ter, no mínimo, o mesmo tratamento garantido aos colegas de trabalho.

Por fim, se percebe que a integração das mulheres nas forças armadas já vem ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando foram introduzidas como militares, ainda que em projetos como WAVES, WAAC ou WASP. No entanto, as várias barreiras legais impediam que essa integração acontecesse totalmente, sendo aos poucos retiradas até que em 2015 todas elas caíram, restando apenas duas políticas do Exército e Corpo de Fuzileiros Navais prejudicando a integração. Apesar dos citados serem os únicos obstáculos legais, na prática existem questões como o preconceito, o assédio, a falta de respeito e outro que impedem que as mulheres atinjam a igualdade. Para tal, o que parece ser a solução é a mudança de pensamento e cultura dentro da estrutura militar, um trabalho a ser modificado ao longo do tempo e com objetivo a longo prazo, necessitando de medidas mais imediatas como políticas contra o assédio e estudos de integração que busque estudar e ouvir as necessidades das mulheres, tudo isso sendo possibilitado por uma liderança forte dentro das forças armadas.

O objetivo deste estudo não foi exaurir o tema, que se mostra tão importante quando referente a busca pela igualdade entre os gêneros, mas apenas mostrar uma parcela da luta das mulheres para entrar em diferentes mercados de trabalho e cumprir sua cidadania de forma completa. É interessante notar que o tema ainda se faz pertinente por diversas óticas, necessitando de novos estudos na área e de mais conhecimento a respeito da questão. As mulheres conseguiram entrar no ambiente militar, mas ainda não são plenamente aceitas; a partir da integração, faz-se necessário estudos que busquem a melhor integração e igualdade, ao mesmo tempo em que se almeje melhorar as forças armadas se utilizando da parcela feminina, visto que não há mais ponto em tentar retroceder.

REFERÊNCIAS:

ABNT NBR 6023 INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO –REFERÊNCIAS – ELABORAÇÃO. Norma Brasileira, segunda edição. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 23 mai. 2019

ACKER, Joan. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. **Gender And Society**, v. 4, n. 2, p.139-158, jun. 1990.

ADAMS-ENDER, Clara et al. **WOMEN IN THE MILITARY WHERE THEY STAND.** 8. ed. Washington: Women's Research And Education Institute, 2013.

BELLAFABRE, Judith. **America's Military Women:** The Journey Continues. 2017. Disponível em: <<https://www.womensmemorial.org/americas-military-women>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BOCHKAREVA, Maria L.; LEVINE, Don. Yasha Bochkareva's Dream. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 69.

BOCK, Gisela. História, história das mulheres, história do gênero. **Fazer e Desfazer História**, Florença, v. 4, p.158-187, 1989.

CALKINS, Susanna. Great Britain, Women in Service during World War I. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 237-241.

CAMARGO, Wainesten. **Mulheres nas forças armadas:** desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional. 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72412/mulheres-nas-forcas-armadas-desenvolvimento-historico-juridico-da-participacao-feminina-na-defesa-nacional>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARLETTA, David M.. Allen, Eliza (b. 1826). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 11-12.

CARLETTA, David M.. Azurduy de Padilla, Juana. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 40-41.

CARLETTA, David M.. Borginis, Sarah. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 72-73.

CARREIRAS, Helena. From Loyalty to Dissent: How Military Women Respond to Integration Dilemmas. **Women In The Military And In Armed Conflict**, [s.l.], p.161-181, 2008. VS Verlag für Sozialwissenschaften.

CARREIRAS, Helena. **Gender and the Military**, Taylor & Francis e-Library, 2006.

CARREIRAS, Helena. **Mulheres em contextos atípicos: lógicas de exclusão e estratégias de integração feminina nas forças armadas**, Etnográfica, vol. VIII, 2004.

CARREIRAS, Helena. **Gender and the Military: Women in the armed forces of western democracies**. Nova York: Routledge, 2006.

COHN, Carol. "How Can She Claim Equal Rights When She Doesn't Have to Do as Many Push-Ups as I Do?". **Men And Masculinities**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.131-151, out. 2000. SAGE Publications.

COOK, Bernard. Algeria, Women in the War of National Liberation. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 9-10.

COOK, Bernard. Australia, Women in Service during World War II. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 36-37.

COOK, Bernard. Cavell, Edith Louisa. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 100.

COOK, Bernard. Farmborough, Florence. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 178-179.

COOK, Bernard. Mata Hari, pseud. (Margaretha Gertruida MacLeod, née Zelle). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 397.

COOK, Bernard. Samson (Sampson), Deborah (1760–1827). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 514-515.

COOK, Bernard. Women Warriors in Ancient and Medieval Japan. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 326-326.

CORDEIRO, Marylia Gabriela Figueiredo Nunes. **MULHERES RUANDESAS: Instrumentalização da Política de Cotas de Gênero**. 2016. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2016.

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A. **De Afrodite à Melíade? O Feminismo nos Estudos de Segurança**. In: MATHIAS, Suzeley K. (Org). *Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas*, São Paulo: Editora Unesp, 2009. p.205-228

COTTAM, Kazimiera J.. Polish Independent Women's Battalion, Emilia Plater (1943–1945). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 474-476.

COTTAM, Kazimiera J.. Raskova (née Malinina), Marina Mikhailovna. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 483-484.

COTTAM, Kazimiera J.. Soviet Union, Order of Glory, I Class, Soviet Women Recipients (1943–1948). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 541.

CROWE, Rebekah. Avenger Field. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 38-39.

CROWE, Rebekah. Cochran, Jacqueline. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 124-125.

CROWE, Rebekah. United States, Women Airforce Service Pilots (WASP). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 616-618.

CROWE, Rebekah. United States, Women's Auxiliary Ferrying Squadron (WAFS). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 620-621.

CROWE, Rebekah. United States, Women's Flying Training Detachment (WFTD). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 621-622.

DANTAS, Stela da Rocha de Medeiros. **Mulheres e forças armadas: uma análise da participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018.

DEFENSE ADVISORY COMMITTEE ON WOMEN IN THE SERVICES (Org.). **2017 Annual Report**. 2017. Disponível em: <https://dacowits.defense.gov/Portals/48/Documents/Reports/2017/Annual%20Report/DACOWITS%202017%20Annual%20Report_FINAL.PDF?ver=2018-02-28-222504-937>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DEFENSE ADVISORY COMMITTEE ON WOMEN IN THE SERVICES. Department Of Defense (Org.). **2017 Annual Report**. 2017. Disponível em: <https://dacowits.defense.gov/Portals/48/Documents/Reports/2017/Annual%20Report/DACOWITS%202017%20Annual%20Report_FINAL.PDF?ver=2018-02-28-222504-937>. Acesso em: 05 nov. 2019.

DEPARTMENT OF DEFENSE (Org.). **Population Representation in the Military Services: Fiscal Year 2016 Summary Report**. 2016. Disponível em: <<https://www.cna.org/pop-rep/2016/summary/summary.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

Department of Defense (Org.). **Population Representation in the Military Services: Fiscal Year 2016 Summary Report**. 2016. Disponível em: <<https://www.cna.org/pop-rep/2016/summary/summary.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

EGNELL, Robert. Gender Perspectives and Fighting. **Parameters**, [s.i.], v. 43, n. 2, p.33-42, 2013.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought**. 2. ed. New Jersey: Princeton University Press, 1981.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**, 2. Ed. Los Angeles: University of California Press, 2014.

ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire**. Los Angeles: University of California Press, 2004.

ENLOE, Cynthia. **Seriously!:** Investigating Crashes and Crises as if Women Mattered. Los Angeles: University Of California Press, 2013.

ENLOE, Cynthia. **The Big Push:** Exposing and Challenging the Persistence of Patriarchy. California: University Of California Press, 2017.

ENLOE, Cynthia; SEAGER, Joni. **The real state of America atlas:** mapping the myths and truths of the United States. New York: Penguin Group, 2011.

FASTFORMAT. **Como fazer citação de artigos online e sites da internet?** Disponível em: <https://blog.fastformat.co/como-fazer-citacao-de-artigos-online-e-sites-da-internet/>, ____ 2018. Acesso em: 23 mai. 2019.

FENNER, Lorry M.. Either you need these women or you do not: Informing the debate on military service and citizenship. **Gender Issues**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.5-32, jun. 1998. Springer Science and Business Media LLC.

FERNANDEZ, Gilbert G.. Agustina de Aragón: (née Agustina Zaragoza y Domenech) (1786–1857). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war:** A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 4-6.

FINLEY-BOWMAN, Rachel. Douglas-Pennant, Violet. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War:** A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 155.

FIRESTONE, Juanita M.; HARRIS, Richard J.. Sexual Harassment in the U.S. Military: Individualized and Environmental Contexts. **Armed Forces & Society**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.25-43, out. 1994. SAGE Publications.

GHAJAR, Lee Ann. Earley, Charity Adams (1918–2002). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War:** A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 159-160.

GHAJAR, Lee Ann. Earley, Charity Adams. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War:** A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. Santa Barbar: Abc-clio, 2006. p. 159-160.

GHAJAR, Lee Ann. Fairchild, Helen. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War:** A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 175-176.

GHAJAR, Lee Ann. Gulf War (1990–1991), Women and the. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War:** A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 266-267.

GHAJAR, Lee Ann. United States, Marine Corps Women's Reserve (MCWR). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 609-610.

GHAJAR, Lee Ann. United States, Navy Women's Reserve (WAVES). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 614.

GHAJAR, Lee Ann. United States, Women Reserves in the Coast Guard (known as SPARs). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 618-619.

GIANNINI, Renata A., FOLLY, Maiara, LIMA, Mariana F. **Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras**, Instituto Igarapé, 2017.

GIBBENS, Amanda. Brown, Ruth Humphries. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 87-88.

GRIFFIN, Christopher. Germany, Women and the Home Front, World War I. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 224-226.

HACKER, Barton C., VINING, Margaret. **History of Warfare: A Companion to Women's Military History**, 74. Ed. Boston: Brill, 2012.

HARING, Col. Ellen. **Do military women want combat jobs? The survey numbers say yes — and so do more than 9,000 combat action badges**, Foreign Policy, 2014. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2014/04/24/do-military-women-want-combat-jobs-the-survey-numbers-say-yes-and-so-do-more-than-9000-combat-action-badges/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

HARING, Ellen L.. What women bring to the fight. **Parameters**, Carlisle, v. 43, n. 2, p.27-32, 2013.

HERBERT, Melissa S. **Camouflage Isn't Only for Combat: Gender, Sexuality, and Women in the Military**. Nova York: New York University, 1998.

HERODOTUS. **THE HISTORY OF HERODOTUS**. Baltimore: Penguin Books, 1972. p. 350

HEYMAN, Neil M. France, World War I, Women and the Home Front. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 200-203.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Papel feminino nas Forças Armadas não é consenso, mostra pesquisa inédita**, 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/release-papel-feminino-nas-forcas-armadas-nao-e-consenso-mostra-pesquisa-inedita/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

ISKRA, Darlene et al. Women's Participation in Armed Forces Cross-Nationally: Expanding Segal's Model. **Current Sociology**, [s.l.], v. 50, n. 5, p.771-797, set. 2002. SAGE Publications.

ISQUIERDO, Larissa B. **Pensando o gênero nas relações internacionais**. In: II Workshop de pesquisa em relações internacionais da UFPR, n. 1, 2015.

JENSEN, Kimberly. **Volunteers, auxiliaries, and women's mobilization: the first world war and beyond (1914-1939)**. In: HACKER, Barton C., VINING, Margaret. *History of Warfare: A Companion to Women's Military History*, 74. Ed. Boston: Brill, 2012. p.189 a 232.

JESTICE, Phyllis G.. Amazons. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 12-13.

JESTICE, Phyllis G.. Artemisia of Caria. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 31-32.

JESTICE, Phyllis G.. Blanche of Castile (1188–1252). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 67-68.

JESTICE, Phyllis G.. Cleopatra VII, Queen of Egypt (69–30 B.C.). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 123-124.

JESTICE, Phyllis G.. Fulvia (d. 40 B.C.). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 212-213.

JESTICE, Phyllis G.. Greek Women and War in Antiquity. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 256-258.

JESTICE, Phyllis G.. Jewish Women of Antiquity and War. In: COOK, Bernard A.. **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 329-330.

JESTICE, Phyllis G.. Spartan Women. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 561-562.

JOHNSON, Katherine Burger. Beatty, Bessie. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 58-59.

KANNER, Barbara Penny. Bagot, Lady Theodosia. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 46.

KANNER, Barbara Penny. Bell, Gertrude Margaret Lowthian. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 63.

KANNER, Barbara Penny. Black, Catherine. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 65-66.

KANNER, Barbara Penny. Chisholm, Mairi Lambert (1896–1981). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 113-114.

KANTER, Rosabeth Moss. **Men and Women of the Corporation**. New York: Basicbooks, 1977.

KATZENBERG, Lauren. **40 Stories From Women About Life in the Military**. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/03/08/magazine/women-military-stories.html>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

KATZENBERG, Lauren. **40 Stories From Women About Life in the Military**. 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/03/08/magazine/women-military-stories.html>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

KENNEDY, David (Ed.). **The Modern American Military**. New York: Oxford University Press, 2013.

KING, Anthony C.. The female soldier. **Parameters**, Carlisle, v. 43, n. 2, p.13-25, 2013.

KING, Anthony. Women in Combat. **The Rusi Journal**, [s.l.], v. 158, n. 1, p.4-11, fev. 2013. Informa UK Limited.

KING, Anthony. WOMEN IN COMBAT. **The Three Swords Magazine**, Florida, v. 29, p.22-26, 2015. Disponível em: <http://www.jwc.nato.int/images/stories/_news_items_/2015/womenincombat_dec2015.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

LOPES, Luara. **Identidade e exclusão: a abordagem feminista das relações internacionais**, 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006.

MACDONALD, Sharon. Drawing the lines — gender, peace and war: an introduction. **Images Of Women In Peace And War**, [s.l.], p.1-26, 1987. Macmillan Education UK.

MAGINNIS, Robert L.. **Deadly Consequences: How Cowards are Pushing Women into Combat**. Washington: Regnery Publishing Inc., 2013.

MARIUZZO, Patrícia. Mulheres nas forças armadas desafiam conceito de soldado. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: Ciência e Cultura**, vol. 60, n. 4, 2008.

MATHIAS, Suzeley K. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**, São Paulo: editora UNESP, 2009.

MATUELLA, Iazana. Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 25, n. 3, p.1277-1295, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

MCKAY, Dawn Rosenberg. **Careers for Women in the Military**. 2019. Disponível em: <<https://www.thebalancecareers.com/women-in-the-military-4177666>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MENDONÇA, Maria Z. F. Teoria feminista e dominação masculina: aspectos de continuidade e seus efeitos para as relações internacionais. **NEARI em revista**, Recife, vol.1, n .2, 2015.

MIKABERIDZE, Alexander. Aishah (Aisha) (ca. 614–678). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 7-8.

MINCHEV, Dimitre. Bulgaria, Women and World War II. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 90-91.

MISHRA, Patit Paban. Bennett, Agnes Elizabeth Lloyd. In: COOK, Bernard A.. **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 63-64.

MONAHAN, Evelyn M.; NEIDEL-GREENLEE, Rosemary. **A few good women: America's military women from world war I to the wars in Iraq and Afghanistan**. New York: Alfred A. Knopf, 2010.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.59-80, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO).

MORRAL, Andrew R et al. **Sexual Assault and Sexual Harassment in the U.S. Military: Estimates for Installation- and Command-Level Risk of Sexual Assault and Sexual Harassment from the 2014 RAND Military Workplace Study**. 5. ed. Santa Monica: Rand Corporation, 2018. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR870z7.html>. Acesso em: 05 nov. 2019.

PARSONS, Edy M.. Role of Women in the American Revolution. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 13-15.

PATTEN, Eileen, PARKER, Kim. **Women in the U.S. Military: Growing Share, Distinctive Profile**, Pew Research Center, 2011. Disponível em: <http://www.pewsocialtrends.org/2011/12/22/women-in-the-u-s-military-growing-share-distinctive-profile/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

PATTEN, Eileen; PARKER, Kim. **Post-9/11 Female Veterans and Their Experiences**. 2011. Disponível em: <<https://www.pewsocialtrends.org/2011/12/22/post-911-female-veterans-and-their-experiences/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PAZ E SEGURANÇA. ONU Mulheres, Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>. Acesso em: 23 mai. 2019.

POMEROY, Sarah B.. **Women in Hellenistic Egypt: From Alexander to Cleopatra**. Detroit: Wayne State University Press, 1984.

POPULATION REPRESENTATION IN THE MILITARY SERVICES: FISCAL YEAR 2016 SUMMARY REPORT. CNA. Disponível em: <https://www.cna.org/pop-rep/2016/summary/summary.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

RADOI, Cristina. A resposta ineficaz das organizações internacionais em relação à militarização da vida das mulheres, **Revista Internacional de Direitos Humanos**, Ensaios, n. 17, 2012.

REBELO, Tamyra R. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios, Florianópolis: **Revista Estudos Feministas** vol. 21 n. 3, 2013.

RESENDE, Stella. Uma questão de gênero: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz, Rio de Janeiro: **Caderno de Relações Internacionais**, v.11, n.2, 2017.

REYNOLDS, George M.; SHENDRUK, Amanda. **Demographics of the U.S. Military.** 2018. Disponível em: <<https://www.cfr.org/article/demographics-us-military>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ROSS-NAZZAL, Jim. Arab-Israeli Wars. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and war: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 19-22.

SALMONSON, Jessica Amanda. **The encyclopedia of amazons: women warriors from antiquity to the modern era.** Seattle: Universal Sales & Marketing, 1991.

SANKEY, Margaret. Joan of Arc (Jeanne d'Arc) (ca. 1412–1431). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 331-332.

SANTANA, Jéssica R., ANDRADE, Maria Clara P. **A construção do papel da mulher nas Relações Internacionais: um olhar feminista sobre a resolução (2000) 1325 do CSNU para mulheres, paz e segurança**, Anais do III Seminário de Relações Internacionais, 2016.

SANTOS, Cláudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. **Conjuntura Global: dossiê**, vol. 4, n. 2, 2015.

SCHWARZ, Marc L. Great Britain, Women, Social Impact of World War I on. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present.** Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 235-236.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**, 2. Ed. Recife: SOS corpo, 1995. Tradução de: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SEGAL, Mady Wechsler. Gender and the military. In: CHAFETZ, Janet Saltzman (Ed.). **Handbook of the Sociology of Gender.** New York: Plenum Publishers, 1999. Cap. 25. p. 563-581. (1999).

SEGAL, Mady Wechsler. Women's Military Roles Cross-Nationally: Past, Present, and Future. **Gender And Society**, v. 9, n. 6, p.757-775, dez. 1995.

SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK (Org.). **THE MENTAL WELLNESS NEEDS OF MILITARY WOMEN: COMMUNITY DRIVEN SOLUTIONS**. 2018. Disponível em: <<https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2018/02/2018-Annual-Summit-Report-Final.compressed.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK (Org.). **THE MENTAL WELLNESS NEEDS OF MILITARY WOMEN: COMMUNITY DRIVEN SOLUTIONS**. 2018. Disponível em: <<https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2018/02/2018-Annual-Summit-Report-Final.compressed.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK (Org.). **Women in the Military: where they stand**. 2019. Disponível em: <<https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2019/04/SWAN-Where-we-stand-2019-0416revised.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SERVICE WOMEN'S ACTION NETWORK (Org.). **Women in the Military: Where they stand**. 2019. Disponível em: <<https://www.servicewomen.org/wp-content/uploads/2019/04/SWAN-Where-we-stand-2019-0416revised.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SHARONI, Simona. **Gender and the Israeli-Palestinian Conflict: The Politics of Women's Resistance**. Syracuse: Syracuse University Press, 1995. p.45

SHERROW, Victoria. **Women in the Military**. Nova York: Chelsea House Publishers, 2007.

SILVA, Jennifer M.. A New Generation of Women? How Female ROTC Cadets Negotiate the Tension between Masculine Military Culture and Traditional Femininity. **Social Forces**, [s.i.], v. 87, n. 2, p.937-960, dez. 2008.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (Ed.). **Gender, war, and militarism: feminist perspectives**. California: Abc-clio, 2010.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Revista Horizontes: dossiê a educação e a tolerância na diversidade cultural**. Vol. 33, n. 2, 2015.

STEVENS, Sharon Ritenour. Brown, Mary-Agnes. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 86-87.

STEVENS, Sharon Ritenour. United States, Women's Army Auxiliary Corps (WAAC). In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 619-620.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations: An Unfinished Journey**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TASK & PURPOSE (Org.). **TIMELINE: A History Of Women In The US Military**. 2017. Disponível em: <<https://taskandpurpose.com/timeline-history-women-us-military>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TASK & PURPOSE (Org.). **TIMELINE: A History Of Women In The US Military**. 2017. Disponível em: <<https://taskandpurpose.com/timeline-history-women-us-military>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TERRIS, Ben. **A History of Crossdressing Soldiers**. 2013. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/sexes/archive/2013/01/a-history-of-crossdressing-soldiers/272500/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

TICKNER, Ann J. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post–Cold War Era**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

ULBRICH, David J.. United States, Military Service of Women in World War II. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 610-613.

VENTURA, Raissa Wihby. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, TEORIAS FEMINISTAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO:: UM BALANÇO DAS CONTRIBUIÇÕES RECENTES**. *Monções*, Dourados, v. 6, n. 11, p.24-57, 2017.

VUIC, Kara D.. United States, Home Front during World War II. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 605-608.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H.. Doing Gender. **Gender And Society**, [s.i.], v. 1, n. 2, p.125-151, jun. 1987.

WOMEN IN NATIONAL PARLIAMENTS, Statistical Archive, 2018. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif-arc.htm>. Acesso em: 23 mai. 2019.

WOODFORK, Jacqueline. Dahomey, Women Warriors. In: COOK, Bernard A. (Ed.). **Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present**. Santa Barbara: Abc-clio, 2006. p. 141-143.

WOODWARD, Rachel; DUNCANSON, Claire (Ed.). **The Palgrave International Handbook of Gender and the Military**. Londres: Springer Nature, 2017.

Outras fontes:

<https://data.worldbank.org/>

<https://www.cfr.org/>

<https://www.ghahistory.org/click/>

<https://www.defense.gov/>

<https://www.military.com/>

<https://www.pewresearch.org/>

<https://www.servicewomen.org/reports/>

<https://www.thebalancecareers.com/>

<https://www.womenshistory.org/>

<https://www.womensmemorial.org>